

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS - UEA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS – PPGICH.
NIVEL MESTRADO**

**SABERES AMBIENTAIS E IDENTIDADES TERRITORIAIS NA GESTÃO DE ÁREAS
PROTEGIDAS DO POVO TIKUNA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT –
AM.**

MATHEUS ACOSTA DA SILVA

Manaus – AM

2024

MATHEUS ACOSTA DA SILVA

**SABERES AMBIENTAIS E IDENTIDADES TERRITORIAIS NA GESTÃO DE ÁREAS
PROTEGIDAS DO POVO TIKUNA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT –
AM.**

Capítulo de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado Amazonas (PPGICH/UEA) para defesa de dissertação.

Orientação: Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo

Manaus-AM

2024

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Sistema Integrado de Bibliotecas da Universidade do Estado do Amazonas.

D111s	<p>da Silva, Matheus Acosta SABERES AMBIENTAIS E IDENTIDADES TERRITORIAIS NA GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS DO POVO TIKUNA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT – AM. / Matheus Acosta da Silva . Manaus : [s.n.], 2024. 105 f.: color.; 21,0 cm.</p> <p>Dissertação - Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2024. Inclui Anexo. Orientador: Pedro Henrique Coelho Rapozo.</p> <p>1. Gestão territorial. 2. Saberes ambientais. 3. Identidade territorial. 4. Terra Indígena Lauro Sodré. I. Pedro Henrique Coelho Rapozo (Orient.) II. Universidade do Estado do Amazonas. III. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU(1997)168.522(043.3)</p>
-------	---

MATHEUS ACOSTA DA SILVA

**SABERES AMBIENTAIS E IDENTIDADES TERRITORIAIS NA GESTÃO DE ÁREAS
PROTEGIDAS DO POVO TIKUNA NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT –
AM.**

Capítulo de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado Amazonas (PPGICH/UEA) para exame de qualificação.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo, Presidente da Banca,
Universidade do Estado do Amazonas – UEA.

Dra. Edilza Laray de Jesus, Avaliadora Interna, Universidade
do Estado do Amazonas – UEA.

Dra. Maria Rossi Idárraga, Avaliadora Externa, Universidade
Federal do Amazonas – UFAM.

Dedico ao povo Magüta, em especial aos
Tikuna da comunidade de Lauro Sodré e
Guanabara III.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer e dedicar esta dissertação: primeiramente à minha mãe, Noyla Pinto Acosta, que me formou fora do mundo acadêmico, com sua sabedoria de vida, com valores, honestidade, simplicidade, lealdade e principalmente com o seu amor gigantesco.

Ao meu pai, Hamilton Penedo, que sempre me incentivou a continuar e nunca desistir, e aos meus irmãos José Francisco, Lucas Acosta e minha irmã Alessandra Acosta.

Um agradecimento ao povo Tikuna da T.I Lauro Sodré, em especial aos indígenas das comunidades de Guanabara III e Lauro Sodré, as lideranças das comunidades, e um agradecimento especial ao meu amigo Tikuna Runis, a qual me deu total apoio no decorrer da pesquisa nas comunidades, principalmente por abrir as portas de sua casa para me acolher durante o período de pesquisa.

A todos meus amigos que torceram por mim, em especial aos colegas de mestrado Jailson, Maickson, Ronaldo, Joel e Ruth a qual no correr desta caminhada estávamos sempre juntos torcendo um pelo outro e nos apoiando.

Gostaria de agradecer ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas - PPGICH por todo suporte necessário e ao corpo docente que esteve presente em minha formação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo suporte na qualidade de proporcionar a bolsa de pesquisa, a qual sem a mesma não seria possível a realização das atividades de campo.

Agradeço ao Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, pelo acolhimento em seu laboratório a qual tive total estrutura para a realização de pesquisa bibliográfica e leituras essenciais a partir do acesso literário para a construção desta dissertação. Agradeço ao Dr. Professor Alfredo Wagner pela acolhida em seu laboratório e a Ma. Joelma.

Agradeço ao amigo Dr. Professor Reginaldo Conceição, pelas orientações acerca da vida acadêmica, pessoal e espiritual.

Aos membros da banca avaliadora, que com suas contribuições pessoais acerca da dissertação possibilitou a construção de um trabalho com maior rigor científico.

Aos amigos Sildonei, Franeu Batalha, Germano, Victor Góes e as minhas queridas amigas Maria Clara e Giselle Seabra por todo apoio no decorrer desta caminhada.

Ao meu orientador Dr. Pedro Rapozo, que além de sua orientação, me incentivou e incentiva a dar passos mais longos no mundo acadêmico, por sua dedicação e disposição ao ser meu orientador, pela paciência e pela sua amizade.

Aos meus Deus e os orixás, que me deram forças para trilhar esta caminhada, e a experiências magníficas que a pesquisa de campo me proporcionou ao vivenciar as energias da natureza.

“Os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui.”

- Ailton Krenak

RESUMO

Esta dissertação tem como principal objetivo a compreensão a gestão territorial do povo indígena Tikuna na Terra Indígena Lauro Sodré, localizada no município de Benjamin Constant, Amazonas. O estudo adota uma abordagem qualitativa para compreender como os saberes ambientais e a identidade territorial desse povo influenciam a administração de suas áreas protegidas. Além disso, analisa a dinâmica política e as estratégias de mobilização étnica dos Tikuna, diante dos desafios da exploração ambiental e da mercantilização dos recursos naturais. A pesquisa também destaca o impacto das políticas públicas na gestão territorial indígena e na resistência dos Tikuna na preservação de sua cultura e território.

Palavras-chaves: Gestão territorial; Saberes ambientais; Identidade territorial; Terra Indígena Lauro Sodré.

ABSTRACT

Esta disertación tiene como principal objetivo la comprensión de la gestión territorial del pueblo indígena Tikuna en la Tierra Indígena Lauro Sodré, ubicada en el municipio de Benjamin Constant, Amazonas. El estudio adopta un enfoque cualitativo para comprender cómo los saberes ambientales y la identidad territorial de este pueblo influyen en la administración de sus áreas protegidas. Además, analiza la dinámica política y las estrategias de movilización étnica de los Tikuna, frente a los desafíos de la explotación ambiental y la mercantilización de los recursos naturales. La investigación también destaca el impacto de las políticas públicas en la gestión territorial indígena y en la resistencia de los Tikuna en la preservación de su cultura y territorio.

Keywords: Gestión territorial; Saberes ambientales; Identidad territorial; Tierra Indígena Lauro Sodré.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: T.I Lauro Sodré	46
Mapa 02: Terras Indígenas no Brasil.....	78
Mapa 03: Mapa situacional de Guanabara III.....	94

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Divisão clânica do povo Tikuna.....	43
Figura 02: Documento de homologação da T.I Lauro Sodré.....	50
Figura 03: Comunidade Lauro Sodré.....	52
Figura 04: Área de pasto.....	55
Figura 05: Escola.....	56
Figura 06: Casa de Reunião.....	58
Figura 07: Caixa d'água.....	59
Figura 08: Comunidade Guanabara III.....	60
Figura 09: Escola Municipal Indígena Pedro Alves.....	62
Figura 10: UBSI (Unidade Básica De Saúde Indígena).....	63
Figura 11: Açude.....	64
Figura 12: Madeira Acapu.....	73
Figura 13: Embarcação de pequeno porte: canoa.....	84
Figura 14: Coleta do açaí.....	85
Figura 15: Casa de farinha.....	86
Figura 16: Capoeira.....	87
Figura 17: Madeira para a construção de casas.....	87
Figura 18: Elaboração do croqui.....	90
Figura 19: Elaboração do croqui	90
Figura 20: Croqui produzido.....	91
Figura 21: Retirada de ponto de GPS.....	92
Figura 22: Atividade de validação do mapa.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

T.I - Terras Indígenas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CF – Constituição Federal

OIT - Organização Internacional do Trabalho

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

MPF – Ministério Público Federal

GT – Grupo de Trabalho

PT – Partido dos Trabalhadores

DPI - Diretoria de Patrimônio Indígena

SESAI - Secretaria da Saúde Indígena

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

CPT - Comissão Pastoral da Terra

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
CAPÍTULO 01: SABER AMBIENTAL E A SUA RELEVANCIA NA GESTÃO DE TERRITORIOS INDÍGENAS	20
1.1 Saber Ambiental: Uma Reflexão Teórica	21
1.2 A Construção da Identidade Territorial: território e identidade	25
1.2.1 Território.....	26
1.2.2 Identidade e a relação com o território.....	30
1.3 Território Indígena: uma concepção normativo-jurídica	26
.....	33
CAPÍTULO 02: POVO MAGÜTA/TIKUNA: HISTÓRIA, CULTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL	38
2.1 Processo de Demarcação da T.I Lauro Sodré	44
2.2 Caracterização Geográfica E Social Das Comunidades Lauro Sodré e Guanabara III	51
2.2.1 Comunidade Lauro Sodré.....	51
2.2.2 Comunidade Guanabara III.....	59
CAPÍTULO 03: A GESTÃO TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS E A SITUAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS NO ALTO SOLIMÕES	59
.....	66
3.1 Gestão Territorial	66
3.1.1 A gestão da terra indígena Lauro Sodré	69
3.2 Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI	75
CAPÍTULO 04: TRABALHO DE CAMPO: POR UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA	82
4.1 Nova Cartografia Social	88
a) Oficina de Cartografia: procedimentos prévios	89
b) Validação e revisão final do mapa.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99

ANEXOS103

INTRODUÇÃO

O modo de vida dos povos tradicionais da Amazônia é marcado por diversos elementos que mediatizam o uso social da natureza, eles compõem-se a partir de uma complexa rede socioambiental de organização fundamentada em práticas e saberes mediados pela diversidade de formas de gestão territorial dos bens e recursos naturais de uso comum. As relações metabólicas entre o trabalho e a natureza nestes territórios demarcam imemoravelmente a constituição histórica destes povos na medida em que garantem a construção de um modo de vida particular expresso na produção e reprodução material e simbólica da vida em seu sentido mais amplo. Os múltiplos usos dos recursos florestais por estes a gentes sociais evidenciam a complexidade da biodiversidade amazônica e as estratégias diferenciadas de apropriação e gestão destes territórios.

Por outro lado, estas múltiplas formas de usos revelam uma dinâmica de exploração destes recursos marcados por uma visão mercadológica da natureza e pelos modelos de desenvolvimentos econômicos regionais e nacionais. Não à toa, ao longo das últimas décadas, os inúmeros conflitos ambientais que dificultam a garantia dos direitos territoriais e a gestão dos recursos naturais de que dispõem os povos indígenas na Amazônia são alvos de inúmeros processos de violação e violências ocasionados pelo estado.

E de como o processo de adaptação e resistência dos povos indígenas em relação aos seus saberes e território foi marcado ao logo do século XX, pela presença de extração da seringa na região, padrões e da religião da cruzada (Oliveira, 1988), a qual simbolizou uma marcante violência e conflitos sociais e ambientais na região, desta maneira levando aos Tikunas e outras etnias da região a resistirem a esta constantes mudanças que ocorriam na região.

Na microrregião do Alto Solimões, fronteira tríplice Brasil, Colômbia e Peru, estes fenômenos cada vez mais têm impactados o modo de vida local e as dinâmicas transformações econômicas, política e territoriais vivenciadas pelos povos indígenas em suas áreas protegidas (Rapozo e Silva, 2020). Compreender estas realidades revela também as potencialidades de se (re)conhecer as formas de uso destes territórios e de seus saberes ambientais (Leff, 2001).

Os povos indígenas a partir de mobilizações históricas, marcadas por lutas árduas e desafiadoras, conquistaram e tem seus direitos garantidos, porém muitos destes direitos são violados, pois os povos indígenas são tratados da mesma maneira que eram tratados no período da

colonização, dando a entender que os povos indígenas são intrusos em seus próprios territórios, por aqueles que apenas enxergam os povos originários como obstáculos para o desenvolvimento e mercantilização dos recursos e bens naturais encontrados nas terras indígenas. Estas violações e conflitos socioambientais podem ser entendidas como retrato da ausência do estado (Rapozo, Da Silva e Radaelli, 2007).

Partindo deste pressuposto, a pesquisa tem como objeto de estudo a gestão territorial de áreas protegidas organizadas pelo povo indígena, levando em conta a identidade territorial e saberes ambientais, contra posto a uma visão mercadológica dos recursos e bens naturais de seus territórios.

Área de estudo

Dentro de um contexto geográfico o estado do Amazonas está situado na região norte, e compõe uma das 27 unidades federativas do país, possuindo a maior dimensão geográfica dentre todos os Estados brasileiro, com uma área territorial de 1,559,225,881 km² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2022). Seu espaço geográfico¹ é coberto em sua totalidade pela maior floresta tropical do mundo o estado conta com a maior rede hidrográfica do país. A divisão geográfica do estado do Amazonas é composta por mesorregiões administrativas, reconhecidas pelo Governo Estadual e IBGE. Esta divisão dá-se com as regiões norte, central, sul e sudoeste, compondo 62 municípios, tendo como sua capital, Manaus.

Dentro dessa imensidão, se encontra a mesorregião do Sudoeste do Estado e é composto por duas microrregiões: Juruá e Alto Solimões. O Alto Solimões contém nove municípios: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins. que, juntas, possuem cerca de 214.217,80 Km² e abriga uma população estimada em 262.013 mil habitantes (IBGE, 2022).

Em seguida chegamos ao município onde será realizado as atividades de pesquisa. Benjamin Constant é um dos 62 municípios pertencentes ao Estado do Amazonas, distante da capital 1.119 km em linha reta, sendo que a distância via transporte fluvial é de 1.628 km, subindo o Rio Solimões. O município se estende por 8.705.441 km² e conta com 37.648 habitantes segundo

¹ A partir de Braga (2007) o “espaço geográfico é o contínuo resultado das relações sócio-espaciais. Tais relações são econômicas (relação sociedade-espaço mediatizada pelo trabalho), políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação) e simbólico-culturais (relação sociedade-espaço via linguagem e imaginário).”

o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizado em 2022. A densidade demográfica é de 4,32 habitantes por km² no território do município.

A pesquisa ocorreu na Terra Indígena Tikuna Lauro, a qual é composta por quatro comunidades: São João de Veneza, São Luiz, Guanabara III e Lauro Sodré, porém se limitara a ocorrer em apenas em duas destas quatro comunidades, Guanabara III e Lauro Sodré, localizada no município de Benjamin Constant, no rio Solimões, na região sudoeste do Estado do Amazonas.

Objetivos

- O principal objetivo é compreender os saberes ambientais expressos na identidade territorial do povo Tikuna a partir de suas experiências, desafios e formas de uso coletivo em áreas protegidas do Alto Solimões, Amazonas.
- a) descrever e caracterizar o modo de vida e as relações comunitárias compartilhadas no território do povo Tikuna na Terra Indígena Lauro Sodré; b) mapear as experiências de gestão do território indígena Lauro Sodré a partir dos saberes ambientais locais expressos numa cartografia social. c) analisar as formas de uso coletivo e experiências compartilhadas de manejo dos recursos e bens naturais;

Questões norteadoras

Trago como questionamento central do projeto de pesquisa a seguinte questão: Quais as estratégias de organização e de mobilização étnica utilizadas pelo povo Tikuna (Magüta) de Lauro Sodré no Alto Solimões para a gestão de sua área protegida, tendo como base seus saberes ambientais e sua identidade territorial?

E além desta, trago alguns questionamentos secundários e que complementam a questão central, estas são: Quais os desafios do povo Tikuna em torno da proteção de seus recursos e bens naturais? Quais as experiências vivenciadas da organização comunitário na gestão de seus territórios? Como os saberes ambientais contribuem para a construção e manejo dos seus modos de vida?

Partindo destes questionamentos a pesquisa pretende responder considerando o saber e trajetória que o povo indígena Tikuna das comunidades Guanabara III e Lauro Sodré carregam na organização da gestão de seus territórios.

Procedimentos Metodológicos adotados

A perspectiva metodológica para a realização dos estudos de gestão ambiental e territorial é baseada no uso da pesquisa qualitativa e quantitativa (Martins,2004 e Poupart, 2010), considerando que a partir das análises teóricas, dos dados documentais a serem obtidos e da pesquisa de campo junto ao local em demanda pretendemos alcançar os objetivos deste plano de trabalho.

A coleta de informações ocorrem por meio de: a) pesquisa bibliográfica: ocorreu um levantamento de estudos sobre as comunidades pesquisadas e sobre o processo de demarcação de Lauro Sodré; b) Pesquisa documental: foi realizado uma análise documental primária das atas das reuniões das comunidades e dos documentos existentes em organizações governamentais e não governamentais sobre os conflitos na Terra Indígena Lauro Sodré; c) Entrevista semiestruturada com lideranças e outros agentes da pesquisa; d) Mapas de Nova Cartografia Social: Utilizaremos na pesquisa de campo as técnicas de mapeamento participativo², onde os envolvidos na produção do mapa darão informações vivenciadas a partir de representações socio territoriais sobre o ambiente (a comunidade) e sobre os recursos naturais que dispõem por meio das suas formas de uso do território.

Para o alcance dos objetivos estabelecidos, foram definidos os seguintes procedimentos metodológicos em etapas:

a) Primeira Etapa

Foi realizado levantamentos teóricos-conceituais, sobre os principais conceitos que serão trabalhados nesta dissertação: saber ambiental, identidade territorial, gestão territorial e áreas protegidas. Para além desta, foi realizado levantamentos bibliográficos e documentais sobre a área de estudo, a fundação das comunidades de Guanabara III e Lauro Sodré, o processo de demarcação da Terra Indígena – T.I Lauro Sodré.

b) Segunda Etapa

Para compreender e conhecer os saberes ambientais e identidade territorial dos Tikunas de Guanabara III e Lauro Sodré na gestão de seus territórios, foram adotadas as seguintes técnicas de pesquisa: oficina de Nova Cartografia Social, entrevistas e observação direta.

I. Oficina de Nova Cartografia Social e Entrevistas

² Acselrad (2008) conceitua o mapeamento participativo como sendo aquelas ferramentas metodológicas que reconhecem o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento, dos quais a seleção dos conteúdos, aliadas a aplicação da técnica cartográfica, ficam a cargo dos membros da comunidade.

Durante três dias, os agentes de pesquisa foram entrevistados pelo pesquisador e participaram de uma Oficina de Nova Cartografia Social, onde poderão informar sobre a condição da comunidade, as ameaças que têm sofrido, as invasões registradas dentro do território, as estratégias adotadas para defesa do modo de vida e do território.

c) Terceira Etapa

Nesta etapa foi realizada a sistematização das análises de dados coletados nas etapas anteriores, e de forma relacionada com o referencial teórico e arcabouço conceitual discutidos e apresentados.

Estrutura da Dissertação

Além da introdução, esta dissertação está estruturada em três capítulos. No **primeiro capítulo** é apresentada a área de estudo e os agentes de pesquisa em um contexto geográfico e social, formulada por pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Já no **segundo capítulo apresento** a reflexão teórico-conceitual dos conceitos-chaves desta dissertação e uma reflexão com os dados obtidos em campo. E por último o **terceiro capítulo** discorro sobre as atividades de campo realizadas, as oficinas de Nova Cartografia Social dada sua característica etnográfica no/do trabalho de campo.

CAPÍTULO 01: SABERES AMBIENTAIS E A SUA RELEVANCIA NA GESTÃO DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS

Neste capítulo é formulada uma reflexão teórico-conceitual dos conceitos-chaves desta dissertação e uma reflexão com os dados obtidos em campo. E de como os saberes ambientais e a identidade territorial deste povo pode contribuir na gestão de seus territórios.

Iniciando com uma reflexão teórica/conceitual de saber ambiental, seguindo a mesma linha os conceitos de identidade territorial, desta maneira trabalhando os conceitos de identidade e território e sua relação e por fim os conceitos de gestão, em específico a gestão de terras indígenas no Brasil.

1.1 Saber Ambiental: Uma Reflexão Teórica

Ao se conceituar saber ambiental, é necessário a compreensão de dois termos, o de saber e ambiente. E ao tratarmos do conceito de saber, estamos lidando com uma teoria muito trabalhada nas ciências da educação, a qual Mota, Prado & Pina (2008) dizem que:

“o saber consiste numa forma de “conhecer/saber” mais dinâmica, menos sistematizada que incorporam de maneira mais evidente as práticas, as experiências e os fazeres produzidos pelos professores no ato do seu trabalho.”

Desta maneira, o saber do sujeito está ligado a partir da relação constituída envolta do seu meio social, evidenciando experiências, suas práticas culturais e suas produções construídas a partir de seus fazeres, desta maneira, para o saber se constituir é necessário se relacionar com o mundo (ambiente em que está inserido), o outro e com si mesmo. Para o educador francês Charlot (2000) é uma relação com “mundo, com o outro, e com ele mesmo, de um sujeito confrontado com a necessidade de aprender” (p. 80).

O Autor acrescenta que:

A relação com o saber é um conjunto (organizado) das relações que um sujeito mantém com tudo quanto estiver relacionado com ‘o aprender’ e o saber; ou sob uma forma mais “intuitiva”: a relação com o saber é o conjunto das relações que um sujeito mantém com um objeto, um “conteúdo do pensamento”, uma atividade,

uma relação interpessoal, um lugar, uma pessoa, uma situação, uma ocasião, uma obrigação, etc., ligados de uma certa maneira com o aprender e o saber (Charlot, 2000. p. 80-81).

Para o contexto da pesquisa, a pluralidade de relações que são construídas pelos Tikunas, tornam-se de suma importância para construção de seus saberes e de sua identidade com o território em que são expressas estas relações. E dentro da construção do saber ambiental, a construção do saber segundo Leff, é forjado “sobre um ambiente que não é a realidade visível da poluição, mas o conceito da complexidade emergente onde se reencontram o pensamento e o mundo, a sociedade e a natureza, a biologia e a tecnologia, a vida e a linguagem (p. 10).”

A qual nos leva uma nova reflexão no mundo atual, dando importância para este saber que por muito tempo foi ignorado e dado como insignificante em um mundo marcado por um sistema econômico baseado em acúmulo de capital e exploração da natureza, rejeitando a relação construída entre homem e natureza e sua junção a qual não deve ser separada. Fugindo então de um ambiente em que autor define como:

“um saber que se verte sobre a enganosa transparência dos sinais do mercado globalizado e do iluminismo do conhecimento científico e moderno, da eficácia da tecnologia e da racionalidade instrumental, precipitando seus saberes subjugados.” (p.10)

E dando importância a um saber em torno da reapropriação da natureza, a qual foi distorcida por um saber em volta do consumo desenfreado da natureza. Surgindo então um conceito de ambiente que vai segundo o autor

“[...] ressignificar as concepções de progresso, do desenvolvimento e do crescimento sem limite, para configurar uma nova racionalidade social que se reflete no campo da produção e do conhecimento, da política e das práticas educativas.” (Leff, 2001. p. 11)

O conceito de ambiente aqui trabalhado, surge então a partir da necessidade de confrontar, ou como Leff diz, “ressignificar” a ideia a qual ela foi implantada dentro desta concepção de progresso sem qualquer barreira, passando por tudo e por todos. Assim levantando

um debate a partir dos saberes ambientais, a qual o autor desenvolve a partir de um “diálogo de saberes e num intercâmbio interdisciplinar de conhecimentos”.

A ganância humana de um mundo “moderno”, que se baseia no desenvolvimento econômico a todo custo, com raízes baseadas em lucros e um consumismo desnecessário, promoveu ao longo da história e vem promovendo, uma degradação dos recursos naturais, com o intuito de saciar as cobiças humanas.

Cabe ressaltar que com este processo de desenvolvimento econômico, os efeitos negativos atingem populações e regiões mais pobres, os povos e comunidades tradicionais são exemplos do recebimento desses efeitos negativos que caem sobre suas comunidades, seus povos, seus modos de vida, sua organização social e etc. A exploração de recursos naturais³ dos territórios de comunidades e povos tradicionais, geram conflitos socioambientais, que causam mobilizações entre as comunidades para a solução destes conflitos e gestão de seus territórios.

Com este processo de degradação dos recursos naturais, forma-se então uma crise socioambiental, a qual Pitanga caracteriza (2015, p. 159), “[...] por uma nova relação do homem como meio natural dentro do funcionamento de uma lógica capitalista, onde a transformação da natureza é submetida às necessidades de acúmulo do capital”. Com esta crise socioambiental Leff (2001) nos diz que a racionalidade desta economia dominante, baseada em lucros, é posta em causa, pois a mesma, vem provocando reações negativas que afetam o meio ambiente e conseqüentemente as populações mais pobres, que são dependentes diretamente dos recursos naturais do planeta.

É notável que hoje a sociedade vem levando mais em conta estas crises socioambientais, que vem sendo claramente vivenciada com as mudanças climáticas, com tragédias ambientais que ocorrem com mais frequência em nosso planeta. Buscando soluções para o fim destas crises, novos debates são formulados, buscando conhecimentos científicos e técnicos para solucionar estas crises.

Para Leff, “O saber ambiental sacode o jugo de sujeição e desconhecimento ao qual foi

³ Este debate é marcado por uma reflexão em que os recursos naturais nos territórios indígenas são entendidos para além de uma perspectiva que considera a natureza puramente como elemento mercadológico desde uma perspectiva da economia, e sim como um bem comum compartilhando e dotado de múltiplas representações simbólicas sobre seu uso (Ostrom, 1990).

submetido pelos paradigmas dominantes do conhecimento (Leff, 2001. pg. 11).” O saber ambiental vem sendo trabalhado por Leff (2001) como algo que vai além de uma perspectiva instrumentalista e técnica, o conceito por ele desenvolvido leva em conta as dimensões entre sociedade e natureza.

Cabe reiterar que o autor diz que “os conflitos ecológicos e a crise ambiental não podem ser resolvidos mediante uma administração científica da natureza” (LEFF, 2002, pg. 179). Ou seja, além de conhecimentos sistêmicos e isolados, é necessário a inclusão de uma diversidade de conhecimentos que vão além de serem técnicos/científicos, mas na diversidade de culturas e identidades, como por exemplo a inclusão de conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, que inclui a realidade do dia a dia deles.

Edgar Morin (1997, pg. 120) pondera:

“nossa educação nos ensinou a separar e a isolar as coisas. Separamos os objetos de seus contextos, separamos a realidade em disciplinas compartimentadas uma das outras. Mas como a realidade é feita de laços e interações, nosso conhecimento é incapaz de perceber o complexus – o tecido que junta o todo.”

Partindo desta ponderação apresentada por Morin, podemos levar em conta a separação homem-meio ambiente e de como isto pode criar uma barreira na reforma do pensamento dentro de um saber ambiental por parte do processo educativo que ignora a relação da sociedade com a natureza, que é alimentado por um sistema de organização baseado em exploração de recursos naturais e consumo que muitas das vezes é desnecessária.

Sendo construído uma consciência ambiental, Leff (2001, p.151) nos diz que:

“O saber ambiental abre assim uma perspectiva ao progresso do conhecimento, questionando os dogmas ideológicos e problematizando os paradigmas científicos com base nos quais foi constituída a civilização moderna.”

Sendo formulada então, “novos objetos interdisciplinares de conhecimento, novos campos de aplicação e novos processos sociais de objetivação onde se constrói a racionalidade ambiental

(LEFF, 2001, p.151).” Dando assim uma nova perspectiva de uma educação ambiental que tenha como base uma interdisciplinaridade dos conhecimentos, levando em conta um contexto cultural, identitário e principalmente um diálogo com os conhecimentos tradicionais de comunidades e povos tradicionais que vivem e se sente parte da natureza, desta maneira carregando uma gama de conhecimentos ambientais.

O saber ambiental em uma perspectiva direta com o povo Tikuna está relacionada diretamente a todo seu conhecimento tradicional e sua relação com a natureza e seu território, onde podemos entender o saber ambiental dos indígenas no plural como saberes ambientais, onde temos a presença dos saberes dos pescadores, coletores, caçadores, dos pajés e parteiras que utilizam plantas medicinais em suas atividades, dos artesões, dos agricultores e demais saberes que estão ligados com o território e seus recursos naturais.

Portanto, estes saberes são de suma importância para a gestão dos territórios de comunidades e povos tradicionais, para a conservação do meio ambiente em que estão inseridos e manutenção de sua cultura, língua, organização social e sua relação com a natureza. Indo contra uma visão da comercialização dos recursos naturais que estão presentes em seus territórios.

1.2 A Construção da Identidade Territorial: território e identidade.

Ao se trabalhar o conceito de identidade territorial, devemos dar importância a dois conceitos significativos na formulação da identidade territorial, que são os de território e identidade. Levando em conta dois atributos que formam o território, o material e o imaterial. O material está ligado a delimitação física, demarcação, políticas econômicas e jurídico-político. Enquanto o tributo imaterial está ligado a características culturais, histórico e simbólicos.

Neste sentido Haesbaert (2002, p.3), nos diz que:

“Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de

sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista).”

A identidade vem entrelaçando-se desta maneira se constituído a partir dos atributos que constituem o território, e de como os grupos sociais nelas se expressão, assim construído sua identidade entrelaçada com seu território, formando uma identidade territorial.

Portanto, o território torna-se juntamente com seus atributos o principal cenário para a construção de uma identidade, porém deve se levar em consideração que este cenário está em constante transformação e mudanças, havendo uma relação dinâmica.

1.2.1 Território

Ao se escutar ou ler a palavra território, nos é remetido inicialmente um pensamento lógico de que se trata de uma extensão de terra, ou um espaço grande ou até mesmo pequeno. E para se entender melhor sobre território, será abordada uma concepção teórica/conceitual sobre o assunto.

A partir dessa visão, início abordando o significado descrito no dicionário, que define território como uma "Grande extensão de terra; área extensa de terra; torrão; área de um país, de um Estado, de uma cidade, município etc." (HOUAISS, 2001). É perceptível que essa definição está relacionada a uma perspectiva superficial, sem um embasamento teórico sólido, ou apenas ligada a uma concepção de identidade nacional e de um território baseado em aspectos materiais.

Partindo de uma concepção teórica, o território dentre inúmeras reflexões, foi um dos conceitos mais debatidos na geografia, porém, dada a sua importância é incorporada nas ciências sociais, gerando inúmeras reflexões adentro do conceito de território. Para a construção de uma reflexão envolta de território, Milton Santos (2004) nos diz que não existe uma única definição para espaço e até mesmo para território, pois são categorias que não estão presas no tempo, mas em constante movimento, recebendo elementos a qual tornam os conceitos flexíveis e desta maneira permitindo mudanças em sua concepção teórica/conceitual.

Ao refletir sobre o conceito de território muitas vezes se é confundido ou correlacionado como sinônimos o conceito de espaço, porém Raffestin (1993) nos diz que eles não são sinônimos, pois o território é subsequente aos debates constituídos envolta do espaço e que “o espaço é, portanto, anterior, preexistente a qualquer ação”. Desta maneira determinando que através dos espaços são constituídos os múltiplos territórios.

O pensador BRAGA (2007) apoiando-se nas ideias e contribuições do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1901 – 1991), define o espaço como:

“O espaço geográfico é o contínuo resultado das relações sócio-espaciais. Tais relações são econômicas (relação sociedade-espaço mediatizada pelo trabalho), políticas (relação sociedade-Estado ou entre Estados-Nação) e simbólico-culturais (relação sociedade-espaço via linguagem e imaginário).”

Porém deve-se levar em cogitação as constantes mudanças e interações entre estas relações sócio-espaciais, a qual cada espaço pode revelar um projeto espacial, e que estes projetos podem e estarão sujeitas a mudanças em suas relações. Dentro desta definição de espaço, é encontrado dois pontos importantes para a reflexão em torno de território que será desenvolvido neste trabalho e que está dentro das reflexões encontradas a partir da relação de pesquisa junto ao povo Tikuna das comunidades onde foram realizadas as pesquisas de campo, dando ênfase na constituição do território em dois âmbitos, o material e o imaterial.

Partindo desta premissa utilizo a conceituação/teoria do geógrafo brasileiro Rogerio Haesbaert, a qual tornou-se uma das referências mais citadas nas ciências sociais, não estando refém apenas da geografia, mas de uma ligação interdisciplinaridade com a antropologia, sociologia e demais ciências, quando se trata de uma análise conceitual em torno do território.

No decorrer das discursões teóricas desenvolvidas em volta do território, Stürmer (2017) mostra que a visão de território era tratada como “área circunscrita por um limite políticoadministrativo, reconhecido especialmente por linhas traçadas no papel ou na imagem digital, ficou para trás, pois assim não é possível entendê-lo hoje em sua complexidade”, e que o território ganha novas perspectivas e significados no mundo moderno, e Haesbaert (2002) aponta a importância da quebra desta oposição material/ideal, de uma visão do território como apenas relacionado ao contexto político-administrativo,

“Somos levados, mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo, ao mesmo tempo, a dimensão espacial concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’ que também move essas relações.” (Haesbaert, 2002, p. 46)

Um ponto importante apontado por Haesbaert (2023) diz que:

“A definição de território como espaço onde ou através do qual se exercem relações de poder é a mais difundida, o que explica a forte relação entre Geografia e Ciência Política nos debates territoriais. Nesse sentido, a definição de território exige como prerequisite um mínimo consenso sobre outra concepção, a de poder.”

Ao tratar de relações de poder envolvendo o território, trago as contribuições do filósofo Michel Foucault (1926 – 1984) a qual identifica historicamente três traços ou tipos de relações de poder expressas no território:

“Poderíamos dizer, à primeira vista e de uma maneira um tanto esquemática: a soberania se exerce nos limites de um território, a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos e, por fim, a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população.” (Foucault, 2008, p. 15 – 16)

Desta maneira definindo o território a partir das relações de poder expressas em um determinado espaço geográfico. Seguindo as ideias desenvolvidas pelo marxista italiano Antonio Gramsci (1891 – 1937), Haesbaert (2023) argumenta que:

“[...] como poder não é apenas uma genérica “condução de condutas” pela coerção (como no poder militar), mas também a criação de consenso (como em muitas construções identitárias), o território, ou melhor, os processos de territorialização, se estendem desde a dominação mais explícita e coercitiva até a apropriação num sentido simbólico e afetivo.”

Zarpendo deste pensamento, o autor demonstra que o território é um espaço que é formado a partir das relações de poder nelas expressas, tanto no sentido físico com a natureza (material) nela encontrada, quando na relação social (idealista) constituída em suas relações imateriais. Desta maneira Haesbaert (2002) apresenta dois caminhos para dissertar sobre a noção de território, a primeira em uma condição materialista e a segunda imaterial/idealista.

A condição materialista é apontada como a dominante, pois engloba a noção de território ligada a natureza, a qual torna-se a fonte de recursos naturais (água, vegetação, ar, animais, solo) que são essenciais para a sobrevivência e manutenção do território. Aponto algo importante destacado pelo autor recentemente, que demonstra a relevância da proteção dos direitos da natureza⁴, “constituintes fundamentais dos territórios.” Haesbaert (2023, p. 5). O autor ainda destaca que:

“Nessa nova (cosmo)política territorial tanto humanos quanto não humanos estariam colocados num mesmo patamar de direitos, pois o que está em jogo, hoje, no final das contas, é nosso último território, a própria Terra como planeta ao mesmo tempo afirmador e (de)limitador da existência, humana e mais do que humana.” (Haesbaert, 2023, p. 6)

Segundo o sociólogo Guy Tapie (2018)

“A ocupação de um território não é devida estritamente às condições naturais, mas às estruturas sociais e culturais de uma sociedade; laços de parentesco (divisão por clãs), o pertencer a um grupo étnico ou a um gênero, expressão do sagrado e das crenças, marcam os lugares e a organização do espaço físico de vida.”

Os territórios ocupados e utilizados pelos povos indígenas em geral abrangem locais com especial significado simbólico e histórico, extremamente importantes para a transmissão cultural ao longo das gerações. (Souza, 2012)

É certo que a relação entre os povos indígenas e seus territórios é ancestral e envolve distintas representações culturais e simbólicas, variados e minuciosos conhecimentos sobre o espaço que ocupam e a biodiversidade, assim como diversas formas de manejar e explorar seus recursos naturais. (Souza, 2012, p. 39 – 40)

⁴ Segundo Gudynas (2019) em sua obra intitulada “Direitos da Natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais, demonstra que “Uma das mais importantes novidades no amplo campo das políticas ambientais é o reconhecimento dos direitos da natureza. É possivelmente uma das mudanças mais radicais das últimas décadas [...]” (p. 11)

Portanto, o território para os Tikunas significa algo que vai além de um espaço geográfico, mas uma relação simbólica com o território, a qual carrega a história de resistência e luta dos seus ancestrais e das gerações atuais, onde são expressa sua cultura, sua língua, seu modo de vida. E da relação direta a qual os mesmo apresentam como parte da natureza, não a separando de sua identidade territorial, marcada por uma relação cultural e simbólica com o meio ambiente em que cerca o seu território.

1.2.2 Identidade e a relação com o território

O que faz com que nós indivíduos sejamos tão demasiados similares e ao mesmo tempo tão diferentes e únicos? A partir desta pergunta, será construída uma reflexão a qual se implicará nas teorias acerca da identidade, a qual foi e continua sendo um conceito muito trabalhado nas ciências humanas. Desta maneira abordando algumas concepções deste conceito para melhor entendimento da discussão central, envolta da identidade territorial.

Gostaria inicialmente de trazer a noção de identidade apresentada pelo psicólogo brasileiro Antônio da Costa Ciampa (1987), a qual o autor entende a identidade como algo está em constante transformação, ou como o mesmo define em uma “metamorfose”, desta maneira estando em uma ligação que passa entre o indivíduo em seu contexto social, histórico e pessoal. Portanto, tendo como característica da identidade um processo dinâmico e quando necessário se resignificando a partir deste dinamismo em que está inserido o indivíduo.

Dentro de uma visão da sociologia, o sociólogo Dubar (1997), afirma que a “identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re)construir, em uma incerteza maior ou menor e mais ou menos durável”, a qual o individuo pode sim se identificar com o outro, mas ao mesmo tempo pode negar-se a carregar essa identificação e criar a sua identidade de outra maneira. E esta construção pode envolver vários elementos, como aponta o sociólogo Manuel Castells,

“A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que organizam seu significado em função de tendências sociais e

projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão tempo/espço.” (Castells, 2018, p. 23)

Esta construção segundo o autor é uma relação em que estas matérias-primas são processadas pelos “indivíduos, grupos sociais e sociedades”, assim reorganizando e ressignificando sua identidade. Para além de uma identidade individual, temos a identidade coletiva, “uma vez que a construção social de identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder” (Castells, p. 24), o autor então apresenta três formas para a construção da identidade, identidade “*legitimadora*”, identidade de “*resistência*” e pôr fim a identidade de “*projeto*”.

A primeira o autor discorre que a “*legitimadora*” está ligada na formação da identidade a partir introdução por parte das instituições dominantes, que apresenta como objetivo “expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais”. A identidade de “*resistência*” é construída por indivíduos que se encontram em situação “desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação”, assim construindo-se características de “resistência e sobrevivência”, tendo como princípios diferentes da primeira forma apresentada pelo autor.

A terceira e última, identidade de “*projeto*” que tem como característica por parte dos atores sociais a busca por uma mudança ou redefinição da posição em que se encontram na sociedade, ocasionando em transformações na sociedade, dando como exemplo o movimento ativista feminista, a qual o autor destaca que passa de um movimento que vai além da luta por direitos das mulheres, para fazer de frente ao patriarcalismo e a família patriarcal e dentre outras causas. Cabe ressaltar que independente de qual seja a forma de construção da identidade, o resultado desta construção atinge a constituição da sociedade (Castells, 2018).

Completo com mais uma visão de um sociólogo para a construção da identidade, agora formulada pelo sociólogo jamaicano Stuart Hall (1932 – 2014), com foco nas “identidades culturais”, a qual trabalha em uma perspectiva pós-modernidade, em que entende que as condições sociais que foram recebendo mudanças com a sociedade moderna no final do século XX, “está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (p. 10), assim

estas transformações influenciam na alteração das identidades pessoais ou até mesmo gerando uma confusão no indivíduo, ou como autor chama de uma “crise de identidade”.

Hall (2015) analisa a história da formação da identidade em três momentos e as distingue na seguinte ordem, “a) sujeito do iluminismo; b) sujeito sociológico e c) sujeito pós-moderno. O *sujeito do iluminismo* em que a identidade do sujeito está voltada em uma visão individualista de si, tendo como característica o eu centrado, unificado e possuindo como atributo a capacidade da razão. Percebe-se que a identidade aqui era uma construção individual.

A segunda identidade formada a partir do *sujeito sociológico*, vai além de um indivíduo isolado, mas leva em conta a complexidade presente no mundo moderno, e a construção da identidade não é formulada de uma forma individual, mas com a relação e o diálogo contínuo que é estabelecida com a sociedade em que o indivíduo está inserida e que também não está havendo então um diálogo com o mundo interno e externo. Assim percebendo que a identidade aqui construída não é “autônomo e auto-suficiente”, sendo assim uma sujeito individual e social, sendo ao mesmo tempo a parte e presente no todo da sociedade.

E por fim a identidade do *sujeito pós-moderno*, em que a identidade é formada e transformada constantemente, não possuindo uma identidade permanente ou fixa. O sujeito assume identidades no plural, pois vai se encontrado em vários contextos neste mundo pós-moderno. Assumindo como característica, a mudança e as várias possibilidades de assumir uma nova identidade, pelas diferenças e pela abertura destas possibilidades de se ver no outro e em vários contextos.

No decorrer dos vários exemplos conceituais de identidade, é notório que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, p. 12), e que para sua formação o processo de desenvolvimento de sua identidade pode se deparar com várias questões que influenciam em sua formação, e que poderá ir mudando no decorrer de sua caminhada.

A identidade e seus estudos podem ser interpretados de várias formas, pois o processo de formação não fica presa ao tempo, estando se deparando com significados novos, sentimentos novos, reações novas, situações novas e de outras várias características que fazem parte da sociedade, ou seja, uma pluralidade de formas de se construir a identidade.

E dentre várias concepções de identidade, o que faz com que a identidade tenha uma relação com o território? Como foi refletido no decorrer da leitura, percebe-se que ambas possuem

semelhanças, são construídas e desenvolvidas através dos indivíduos, não ficam parada no tempo, ou seja, estão em constante transformação de uso e significados.

Segundo Saquet (2007), “a identidade é territorial e significa, além de pertencimento a um certo lugar, o resultado do processo de territorialização, com elementos de continuidade e estabilidade, unidade e diferencialidade (p. 152).” Portanto, a identidade é construída a partir das relações expressas no território, ou seja, estando ancorada em elementos vivenciados no território, estado presente principalmente nos elementos imateriais/simbólicos encontrados em cada território. O território é um dos principais elementos para a produção da identidade, pois no território que a sociedade expressa seus costumes, culturas, ideologias e sentimentos. O Autor complementa dizendo que,

“O território é produto e condição social, influenciando na constituição de identidade local em virtude de ações coletivas; tem um conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extra local.” (SAQUET, 2007, p 152).

A identidade territorial torne-se resultado das ações coletivas e individuais de um grupo social em um determinado território a partir de suas relações sociais simbólicas e concretas. Estas relações manifestadas no território denominam-se como territorialidade, a qual é formada pelas relações sociais vividas no território, desta maneira, segundo De Sousa (2007) “a territorialidade é a dimensão simbólico-cultural no qual se materializam os processos de identificação territorial.”

Portanto, a territorialidade (relações sociais) expressada pelo povo Tikuna em cada comunidade, constrói uma identidade territorial que é marcado pelo seu povo através de sua cultura e do uso de seu território para a sua sobrevivência, resistência e luta.

1.3 Território Indígena: uma concepção normativo-jurídica

Ao tratamos do conceito de Território Indígena dentro das ciências sociais, a antropologia é a que mais se destaca em seus estudos diretos, em um aspecto em jurídico, participa do processo de estudos para a demarcação das terras indígenas no Brasil. Porém, segundo Bethonico (2018,

p.11), “no momento em que está prevista na Constituição, passou a ser um conceito jurídico, trazendo consigo a necessidade de definição clara para que o próprio Estado possa operacionalizá-lo.”

Tratando-se então de um conceito usado pelo Estado, presente na Constituição Federal de 1988, assim assumindo um caráter jurídico. No capítulo VIII da constituição, no artigo 231 é apontado o reconhecimento da identidade cultural própria e diferenciada dos povos indígenas, bem como, os seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

No Art. 231. é aplicado:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.”

Através da lei garantida pela constituição, é dever do Estado brasileiro garantir a segurança jurídico-territorial dos povos indígenas através das demarcações das terras dos povos tradicionais indígenas brasileiros, desta maneira reconhecendo a posse e uso dos recursos e bens naturais fornecidos em suas terras, rios e lagos, como é apontado no parágrafo (§) “2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.”

E ao tratar de um território indígena, se é lavado em conta a importância do território para os povos indígenas que vai além de um espaço físico para a moradia, ampliando-se o entendimento sobre o território para os povos tradicionais indígenas como algo que é de suma importância para a reprodução de sua cultura, organização social, reprodução física e simbólica de seu povo.

Desta maneira a Constituição Federal de 1988 – CF é o marco histórico e principalmente para os povos indígenas do Brasil, na garantia dos direitos destes povos. Um marco histórico que carrega em si uma luta árdua dos povos indígenas de todo o país, para a garantia de serem reconhecidos como cidadãos desta nação, porém com suas origens reconhecidas, como povos tradicionais indígenas, assumindo suas ancestralidades, culturas, formas de organização social, crenças e línguas.

Para a garantia dos direitos dos povos indígenas á terras, o [“DECRETO Nº 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996](#): Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras

indígenas”, e tais procedimentos⁵ são atribuídos a Fundação Nacional do Povos Indígenas - FUNAI, hoje vinculada ao Ministério do Povos Indígenas – MPI. Assim sendo de responsabilidade da FUNAI as atividades de estudos para a demarcação de terras indígenas, porém, estes estudos não estão limitados apenas a identificação e delimitação de um espaço geográfico, mas a relevância do território para a reprodução cultura, organização social, ritos e crenças.

É necessário reconhecer que apesar de terem seus direitos garantidos, a história de lutas destes povos indígenas não está apenas no passado, pois mesmo com seus direitos assegurados pela CF, é notória a continuidade destas lutas por direitos, que apesar de serem inegáveis, em muitas situações não são aplicadas.

Ainda no Estatuto do “índio” (termo pejorativo) (legislação criada em 1973 – anterior a constituição – e que possuía uma visão assimilacionista e sem qualquer interpretação crítica sobre as violentas políticas de integração dos povos indígenas brasileiros), os artigos 44 e 46 já denotavam uma ideia ao direito à exploração das riquezas do solo e ao corte de madeira em suas terras, embora seja algo muito debatido e que denote uma outra relação com o território e com a própria concepção de natureza:

Art. 44. As riquezas do solo, nas áreas indígenas, somente pelos silvícolas podem ser exploradas, cabendo-lhes com exclusividade o exercício da garimpagem, faiscação e cata das áreas referidas.

Art. 46. O corte de madeira nas florestas indígenas, consideradas em regime de preservação permanente⁷, de acordo com a letra g e § 2o, do artigo 3o, do Código Florestal, está condicionado à existência de programas ou projetos para o aproveitamento das terras respectivas na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento.

Embora a menção a segurança jurídica dos territórios indígenas estar presente anterior a constituição sabemos que muitos destes conflitos nas terras indígenas estiveram e estão presentes marcados por uma visão de interesse mercadológico na riqueza de bens e recursos que possuem estes territórios.

⁵ As etapas do procedimento para a demarcação de terras indígenas no Brasil é apresentada no capítulo dois, a qual descrevo o processo jurídico e luta do povo Tikuna para a demarcação da Terra Indígena de Lauro Sodré.

Segundo Rapozo e Silva (2013), os modelos de desenvolvimentos socioeconômicos regionais e nacionais evidenciam, ao logo das últimas décadas, os inúmeros conflitos socioambientais⁶ que dificultam a garantia dos direitos territoriais e a gestão dos recursos naturais de que dispõem as comunidades rurais que habitam inúmeras regiões da Amazônia brasileira, dentre elas a microrregião do Alto Solimões.

Estes conflitos foram fortemente intensificados nos últimos governos, especificamente no mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro entre o ano de 2019 a 2022. Destaco que este não é um apontamento ou acusação de atos criminosos contra o ex-presidente, porém é necessário entender e refletir que as políticas e discursos negacionistas realizadas por Bolsonaro, fortaleceram e flexibilizou a realização de atos criminosos por parte de garimpeiros, madeireiros, invasão por parte de fazendeiros e caçadores.

Apesar de garantido os direitos dos povos indígenas em ter seus territórios demarcados, foi dito durante a campanha eleitoral e durante o mandato presidencial por Bolsonaro, que “nenhuma terra vai ser demarcada” e até mesmo “que já tinha muita terra pra pouco “índio”⁷. Frases que vão na contramão da Constituição Federal e totalmente preconceituosas contra os povos indígenas do Brasil.

Destaco esta situação, pois durante a pesquisa realizada em campo, foi muito destacado nas conversas informais, o governo passado e de como os atos cometidos pelo ex-presidente tiveram impactos negativos dentro não só da terra indígena Lauro Sodré, mas de todas as terras indígenas do país, havendo sinais negativos que perduram até os dias de hoje.

Uma significativa ameaça, ao aumento de conflitos em terras indígenas, está ligada a tese do Marco Temporal, a qual tornou-se um instrumento da luta jurídica por parte principalmente da bancada ruralista⁸, a qual limitaria o direito ao território indígena no país.

Cademartori & Kuhn (2023) afirmam que:

⁶ Os conflitos socioambientais, segundo Souza e Milanez (2016) “estão associados às disputas pelo acesso e uso dos recursos naturais, mas também à ocorrência de processos de degradação ambiental.”

⁷ O termo “índio”, entre aspas, é um termo pejorativo e genérico, que é substituído neste trabalho por “indígena”. ⁸ Segundo Melo, Leonardo e Nardoque (2022) “A bancada ruralista é considerada uma das mais fortes no Congresso brasileiro, de sustentação da agricultura capitalista e setores interligados (agronegócio), composta por políticos de todas as regiões do país, atuando em torno de pautas favoráveis às suas demandas.”

“A tese do marco temporal, neste sentido, ignora o aspecto de direito fundamental do direito à terra indígena. Primeiramente, porque o direito fundamental positivado é um reconhecimento do aspecto pré-jurídico da relação entre povos indígenas e seus territórios.”

Os autores Cademartori & Kuhn (2023) ainda complementam dizendo que:

“[...] a tese do marco temporal confunde atributos dos direitos patrimoniais e fundamentais, bem como empodera aqueles em desfavor destes, ao possibilitar a insurgência de posseiros pela legitimação de títulos de propriedade com base em um critério temporal consolidado na esteira da vulnerabilidade histórica dos povos indígenas brasileiros, como se viu no Recurso Ordinário em Mandado de Segurança nº 29.087/MS.”

Sem contar que esta tese se torna uma ameaça para o equilíbrio climático, como aponta o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, através dos estudos do pesquisador Paulo Moutinho (2023), que diz:

“Além de serem totalmente descabidas à luz da Constituição Federal, que protege o direito dos povos indígenas às suas terras, o projeto de lei e a tese do marco temporal ainda colocarão em risco o equilíbrio climático da região Amazônica, afetando o país como um todo. Podemos dar adeus à meta de desmatamento zero do atual governo e ao compromisso do país em reduzir as emissões de carbono. Nos aproximaremos perigosamente do “ponto sem retorno” que dezenas de cientistas vêm preconizando; estas iniciativas esdrúxulas ameaçam a segurança nacional”

Portanto, os povos tradicionais indígenas, vivem atualmente uma ameaça aos seus direitos constitucionais, e que novamente os remetem a se organizarem para a defesa de seus direitos e territórios. Nas terras indígenas na região do Alto Solimões, os desafios são evidentes, sobretudo no campo do monitoramento e fiscalização. Os relatos apresentados nas comunidades em que ocorreram as pesquisas, evidenciam estes aspectos, sobretudo pela ausência das instituições

públicas responsáveis no trato com a gestão e garantia da segurança jurídico-territorial para os povos indígenas.

CAPÍTULO 02: POVO MAGÜTA/TIKUNA: HISTÓRIA, CULTURA E ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O primeiro capítulo tem como objetivo caracterizar e apresentar de forma geográfica e social a área de estudo. Desta maneira apresento a história das comunidades Guanabara III e Lauro Sodré, pertencentes a Terra Indígena Lauro Sodré, e o processo de organização para a homologação de seus territórios. Neste processo é abordado a história do Povo Magüta (Tikuna), sua mitologia, cultura e organização social.

Os Tikunas carregam no decorrer de sua história, uma profunda estabilidade de suas origens mitológicas, de sua língua materna, de seus rituais culturais, de suas danças, músicas, pinturas e de organização social, são marcadas por uma profunda violência simbólica e física a partir do contato com os colonizadores, e conseqüentemente ocasionando na perda de alguns traços culturais particulares do seu povo.

Em sua história mitológica, o povo Tikuna é criado por seu deus Yoi:

Yoi queria pescar o seu povo. Foi então buscar uma fruta de tucumã para usar como isca. Mas com a fruta de tucumã ele não conseguiu pescar gente. Os peixes se transformavam em animais. Pegou queixada, porco-do-mato, todos com seu par, sempre macho e fêmea. Vieram muitos animais.

Então, Yoi pensou que para pescar gente ele precisava arranjar uma outra isca. Aí experimentou com macaxeira e os peixes que saíam logo se transformavam em gente.

Assim, pescou muita, muita gente. (Oliveira; Rapozo e C. Pucüracü, 2021. p. 108)

“E aqueles que Yoi tinha pescado eram os Tikunas mesmo. Eram o povo Magüta” (Oliveira; Rapozo e C. Pucüracü. 2021), que nasceram das águas do igarapé do Eware, local que segundo a mitologia deste povo, é sagrado e cheio de vida. Situada próximo a comunidade de Vendaval, pertencente ao município de São Paulo de Olivença.

No livro **Torü duü'ügü – Nosso Povo**, podemos compreender sobre a mitologia dos irmãos Yoi e Ipi, que narra a origem do povo Magüta e do mundo. Neste mito, Yoi é visto como o Deus bom e Ipi o Deus trapaceiro. Não utilizo da visão de um Deus Mal para representar Ipi, pois os Tikunas reconhecem a importância de Ipi na organização e distribuição das nações e também da formação do mundo onde os Tikunas vivem.

O povo Tikuna são referenciados pela primeira vez, no século XVII pelo missionário jesuíta Cristóbal de Acuña, onde é apontado conflitos travados entre povos indígenas da região:

Travam essas tribos, nas duas margens do rio, contínuas guerras com as nações vizinhas, que, pela parte sul, são, entre outros, os Curinas, tão numerosos, que não só se defendem pelo lado do rio do imenso número dos Águas (Omáguas), como também pegam em armas, ao mesmo tempo, contra as demais nações que, pelo lado da terra, os atacam constantemente. Pela parte norte, os Águas têm como inimigos os **Tecunas** (Tikunas), que, segundo boas informações, não são nada inferiores aos Curinas, nem em número nem em coragem, pois também fazem guerra aos adversários que enfrentam terra adentro. (ACUÑA, 1994, p. 118)

Nas descrições de Acuña, se percebe conflitos entre povos indígenas da região, em destaque o povo Omágua, também conhecidos como Kambebas, contra o povo Magüta, que eram chamados pelos colonizadores e também pelos Omáguas, de Tikunas. Segundo Coutinho, Clemente e Rapozo (2019), os indígenas Kambebas identificavam o povo Magüta como Tikunas, nome este que significa em Tupi “homens pintados de preto”, referente ao uso cultural de pinturas feitas no corpo com o líquido extraído a partir do fruto do jenipapo.” Apesar de serem chamados de Tikunas, (ANGARITA, 2022, p.89), afirma que “seu povo se chama Magüta” e que a predominância do termo Tikuna, tornou-se forte devido ao uso por parte dos colonizadores.

No trabalho, não optamos pelo uso de apenas uma denominação, pois, apesar de serem o povo Magüta, os mesmos se denominam Tikunas, utilizando as duas denominações para a sua identificação.

Em um contexto histórico o povo Tikuna passou por uma “redistribuição da população pela região” Oliveira (2015, p. 70), a qual o etnólogo alemão Curt Nimuendaju (1952) apontou como fator essencial para a expansão territorial do Tikunas, o extermínio dos povos indígenas vizinhos. No final do século XIX, um grande movimento de comercialização e extração de látex ocorreu na Amazônia, e conseqüentemente na região do Alto Solimões, a qual Oliveira (2015) destaca que:

Sem excluir tais argumentos, é preciso constatar, contudo, que existe uma coincidência entre a expansão geográfica dos ticunas e o assentamento da exploração permanente de seringais, o que faz crer que antes que unicamente motivado por fatores tradicionais, esse processo teria sido provocado e dirigido de acordo com os interesses da empresa seringalista. (OLIVEIRA, p.70)

Consequência da exploração dos seringais, os povos indígenas eram explorados como mão de obra pelos seringueiros. Exploração essa que causou movimentos contantes de famílias Tikunas, ao longo do Rio Solimões, que saíam de suas malocas, na maioria das vezes obrigados pelos patrões, assim aumentando o fluxo migratório e expansão territorial do povo Magüta. Inicialmente os indígenas se mantiveram firme em sua cultura, vivendo em malocas clônicas, que com a invasão e contato forçado com os brancos, causaram mudanças neste aspecto cultural.

O povo indígena Tikuna, constitui a maior população indígena na Amazônia brasileira. Ressalto que além de estar na Amazônia brasileira, este povo também é localizado na Amazônia peruana e colombiana, mas sua grande maioria habitando no território do Alto Solimões, uma região de fronteira, como já apresentada com os países Peru e Colômbia. Esta presença em três países causa assim lutas para reafirmar sua identidade étnica cultural, se adaptando às diferentes manifestações culturais existentes no território do Alto Solimões.

La actual región de fronteras entre Brasil, Colombia e Perú se consolidó históricamente sobre el territorio ancestral de diversos grupos indígenas, entre ellos los Ticuna, quienes desde hace por lo menos dos mil años, vienen ocupando la zona del alto río Amazonas/Solimões. Este hecho se deduce de las investigaciones arqueológicas realizadas por Bolian (1975) en la región del Trapecio Amazónico (actual frontera entre Perú y Colombia), las cuales reportan varias etapas de ocupación y cuya datación cubre un período entre los años 100 y 1200 d.C. (LÓPES, 2005, p. 55).

Seguindo este pensamento, Campos (2005) nos diz que:

[...] las fronteras físicas que dividen estados-naciones, no corresponden a más que un aspecto de ese tránsito y de las justificativas para migrar, ya sea temporal o definitivamente y que, a pesar de la existencia de tales límites, los pueblos continúan a obviarlos de alguna manera. (CAMPOS, 2005, p. 141)

Apesar da existência da fronteira política, os Tikunas se vêm como um só povo, a qual transitam livremente em seu território, porém contando com tensões nesta mobilidade devido se

tratar de três países com leis diferentes, mas a qual torna as linhas fronteira apenas simbólicas, que não impedem de transitarem em seus territórios em ambos os países.

Com violência simbólica e física causada pelos colonizadores e conseqüentemente pelos seringalistas ao longo da história contra aos Magütas, vários aspectos culturais foram proibidos de serem realizados e conseqüentemente extintos, como a vivência em suas malocas, mas com resistência e luta, os Tikunas mantiveram preservados vários aspectos de sua cultura, preservando sua língua materna, rituais, culinária, organização social, pinturas corporais, danças, músicas e etc.

A variedade e riqueza da expressão cultural dos Tikunas expressam uma segura capacidade de resistência e afirmação de sua identidade. São as máscaras cerimoniais, os bastões de dança esculpidos, a cestaria, a tecelagem, os colares com pequenas figuras esculpidas em tucumã, os rituais culturais como a festa da moça nova, a divisão dos tikunas a partir de clãs representados por elementos da natureza, além da música e das tantas histórias que compõem sua cultura.

Ao se falar de identidade o mesmo se remete para Brayner (2007):

Quando alguém é identificado como wajãpi, por exemplo, apresenta uma série de características deste povo indígena como o jeito de falar, o uso de adereços ou pinturas no corpo, o modo de construir casas, as formas de celebrar, de narrar os mitos que são contados pelos mais velhos aos jovens. (BRAYNER, 2007, p.7)

Portanto, ao se falar do povo Tikuna, todos estes adereços lhe são remetidos, pois a expressão de sua cultura é tão forte em seu território, que carrega uma identidade oriunda de sua expressão cultural, desta maneira lhe atribuindo uma identidade partícula. A sua identidade cultural é um conjunto híbrido de elementos que formam a cultura identitária do povo Tikuna.

Um aspecto cultural muito forte e presente até os dias de hoje, é a organização social deste povo, a qual Oliveira (1988, p. 88) diz que “pode ser descrita como composta por grupos de descendência unilinear, cujo pertencimento se faz por linha paterna”, a qual cada grupo é representado por um elemento da natureza. Esta organização social é descrita no mito de criação do mundo, onde se pode entender melhor a distribuição das nações entre os Tikuna.

Um dia, Yoi pensou como poderia fazer para que cada pessoa tivesse sua nação. Até aquele dia só existia uma única nação e as pessoas não podiam se casar entre elas. Ele já sabia como deveria fazer, mas perguntou a Ipi.

Ipi já sabia e logo foi dizendo:

- Então, meu irmão, vamos matar uma jacarerana para conhecer a nação do pessoal?

Yoi concordou e eles logo acharam e mataram uma jacarerana. Cortaram o animal em pedacinhos e colocaram num pote bem grande para ferver.

Quando já estava cozido, chamaram o pessoal para beber.

Numa colher de pau, Yoi dava a cada pessoa um pouco daquele caldo. Os primeiros que tomaram receberam a nação de onça.

Cada pessoa que bebia ia embora, ficava longe dos outros.

Depois da nação de onça, veio a de saúva.

O pessoal bebia e logo sabia sua nação.

- Ah! Esse caldo está azedo, é da nação mutum – falou uma das pessoas.

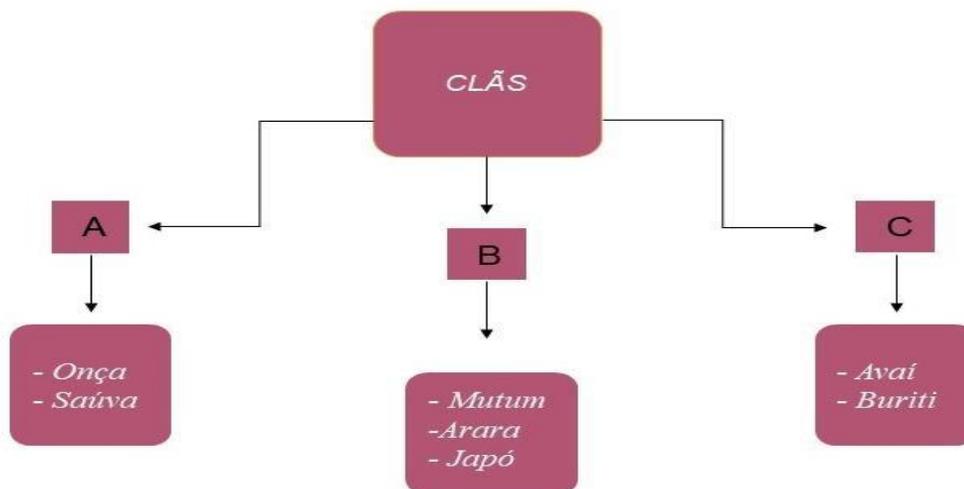
Beberam até que se criaram todas as nações que existem hoje. (Oliveira; Rapozo e C. Pucüracü, 2021. p. 108-109)

A partir do mito deste povo, a organização social pode ser entendida e explicada. Esta organização acontece ao redor das divisões de clãs, que surge com a função de “regulação do casamento” (Oliveira, 1988). Pois, “até aquele dia só existia uma única nação e as pessoas não podiam se casar entre elas” (Oliveira; Rapozo e C. Pucüracü, 2021), levando Yoi e Ipi dividir seu povo em clãs, que são representados por elementos da natureza, que Oliveira (1988) diz que os clãs podem ser representados por “pássaros (japó, Arara etc.), como outros animais (onça, a formiga saúva), e também por espécies vegetais (buriti, avai etc.).

Para se entender melhor essa divisão, na figura 01 pode ser observado que os Tikunas são divididos em três grupos clânicos⁸, cada grupo tem uma linha de representação de elementos da natureza. No grupo “A”, são representados por espécies de animais da floresta, no grupo “B” os clãs são representados por aves e no grupo “C” são representados por espécies vegetais.

⁸ O termo “clã” é usado nesta dissertação a partir das reflexões e interpretação de estudos antropológicos da organização social e de parentesco do povo Tikuna no Alto Solimões. Porém destaco que o povo Tikuna identifica as divisões como “nações”, desta maneira cada indígena possui sua nação.

Figura 01: Divisão clânica do povo Tikuna.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

A partir da figura acima, pode se ter uma noção da organização matrimonial entre os Tikunas, a qual, um membro de um clã, só pode se casar com uma parceira ou parceiro que seja de um clã contrário ao seu, ou seja, um Tikuna do clã “A”, deve se casar com algum(a) indígena do clã “B” ou “C”, e da mesma forma acontece com os demais clãs.

Cabe ressaltar que dentro de cada grupo clânico são encontrados vários elementos da natureza que representam os clãs, na figura 01 apresentada, optei por apresentar os principais clãs, porém existem muitos outros clãs, em cada grupo de clânico, como por exemplo, jenipapo, Urubu Rei, Garça, Acapu e entre outros.

Com os casamentos entre os Tikunas, a partir do esquema de clãs, toda criança que nasce em uma família Magüta, herda o clã do pai, não tendo diferença se for menino ou menina, a definição do clã dessas crianças, estão ligadas totalmente a uma herança paterna. Filho (2015) diz que os nomes dos Tikunas estão ligados ao clã que pertencem, estando ligado a alguma referência ou característica do seu clã.

2.1 Processo de Demarcação da T.I Lauro Sodré

O processo de demarcação de terras indígenas, engloba várias instancias de interesses e de poder, se tornando um processo complexo, com muitas etapas a qual demanda de tempo e com as movimentações políticas e os jogos de interesses podem prorrogar ainda mais a solicitação dos povos indígenas ao direito de suas terras.

A Constituição Federal (CF) de 1988, garante por lei o direito a terra aos povos indígenas, de maneira constitucional marca atribuições individuais e coletivas de todos os povos tradicionais indígenas. Presente no capítulo VIII da Constituição de 88, tendo como “Dos Índios” em seu título, no artigo 231 e 232 é apontado o reconhecimento da identidade cultural própria e diferenciada dos povos indígenas, bem como, os seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

No Art. 231. é aplicado:

São reconhecidos aos índios (indígenas) sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988)

Cabe ressaltar que o reconhecimento por direito ao território pertencente aos povos indígenas, também é reconhecido no ordenamento jurídico internacional, tendo como exemplo, a Conversão 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que diz no Art. 14 que “os direitos de propriedade e posse de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos interessados deverão ser reconhecidos.” Desta maneira cabendo ao Estado, reconhecer e garantir os direitos dos povos tradicionais, sobre os seus territórios.

Para a efetivação do processo de demarcação das terras indígenas a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI assume esta competência, desta maneira cabendo-lhe orientar e executar a demarcação das terras. Para a efetivação desta atividade, são atribuídas fases para a sua execução: 1) Estudos de Identificação; 2) Aprovação do Relatório pela Funai; 3) Contraditório; 4) Encaminhamento do processo administrativo de demarcação pela FUNAI ao Ministério dos Povos Indígenas; 5) Decisão do Ministério dos Povos Indígenas - MPI; 6) Homologação mediante decreto da Presidência da República; 7) Registro.

O Ministério Público Federal - MPF detalha estas etapas da seguinte forma:

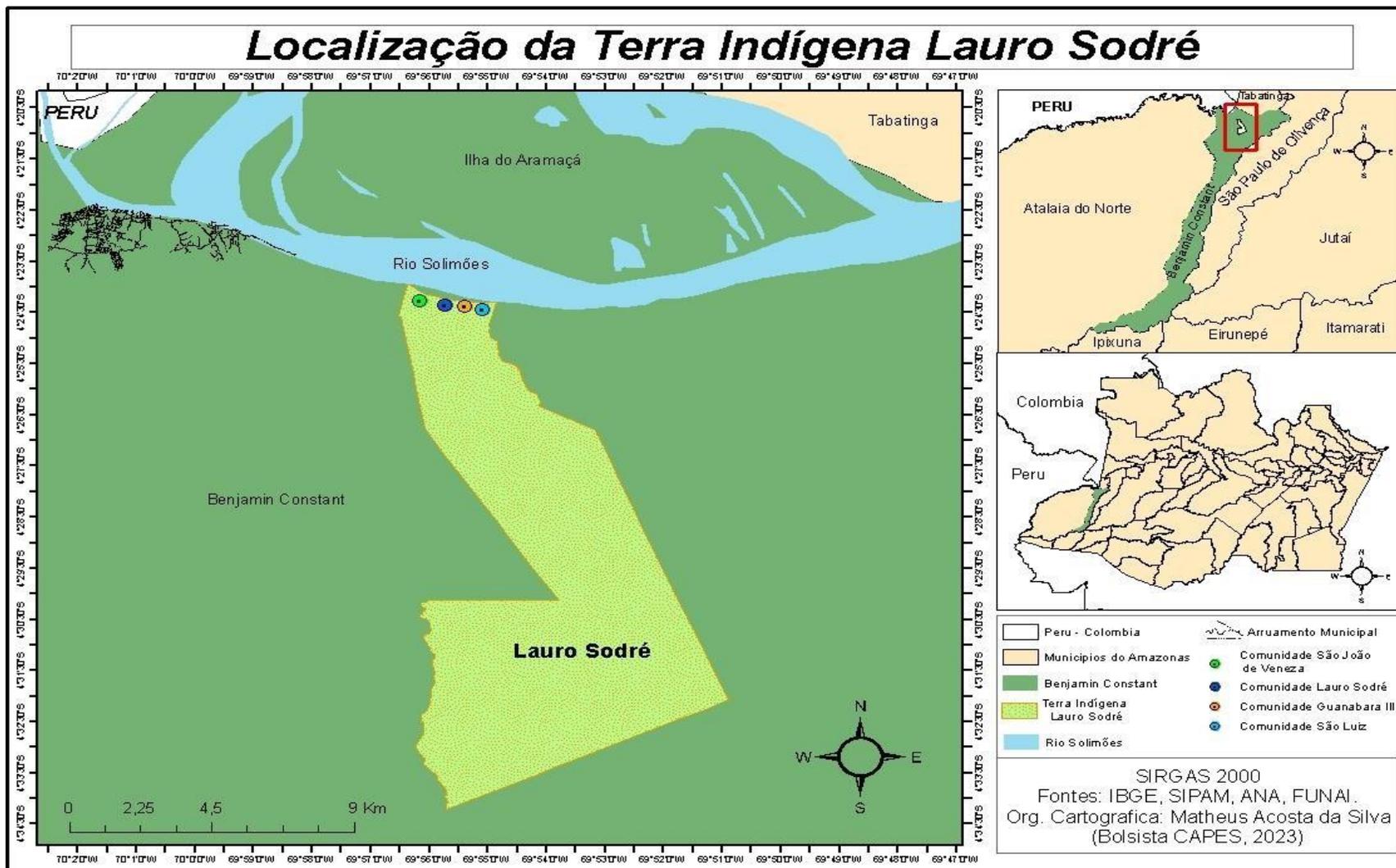
- O início do processo demarcatório se dá por meio da identificação e delimitação, quando é constituído um grupo técnico de trabalho, composto preferencialmente por técnicos da FUNAI. A comunidade indígena é envolvida diretamente em todas as subfases da identificação e delimitação da terra indígena a ser administrativamente reconhecida.
- O grupo de técnicos faz os estudos e levantamentos em campo, centros de documentação, órgãos fundiários municipais, estaduais e federais, e em cartórios de registros de imóveis, para a elaboração do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da área estudada, resultado que servirá de base a todos os passos subsequentes.
- O resumo do relatório é publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado federado de localização da área, por meio de um despacho, sendo cópia da publicação afixada na sede municipal da comarca da situação da terra estudada.
- Os estudos antropológicos e os complementares de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário, deverão caracterizar e fundamentar a terra como tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os preceitos constitucionais, e apresentar elementos visando à concretização das fases subsequentes à regularização total da terra. - É com base nestes estudos, que são aprovados pelo Presidente da FUNAI, que a área será declarada de ocupação tradicional do grupo indígena a que se refere, por ato do Ministro da Justiça – Portaria Declaratória publicada no Diário Oficial da União – reconhecendo-se, assim, formal e objetivamente, o direito originário indígena sobre uma determinada extensão do território brasileiro. - A seguir, compete ao Presidente da República homologar, mediante decreto, a demarcação realizada, procedendo-se, na sequência, ao registro.

Apesar dos direitos garantidos, o processo de demarcação, como já citado, torna-se complicado devido os inúmeros conflitos e circunstâncias de interesse, muitas das vezes por parte de invasores nos territórios tradicionais, para a exploração de recursos.

Ao tratar do processo de demarcação da Terra Indígena Lauro Sodré, estamos lidando com um exemplo, de uma homologação que demandou de anos de conflitos e lutas para a sua efetividade. Uma luta que foi travada pelo povo Tikuna sem sinal de desistência de seu território devido a importância do mesmo para o seu povo.

No mapa 01 pode se observar a localização geográfica da terra indígena Lauro Sodré, que está localizada no município de Benjamin Constant, no estado do Amazonas, na margem direita do Rio Solimões, com uma distância via fluvial até a sede municipal de 10.8 Km. Sendo composta por quatro comunidade Tikunas: São João de Veneza, Lauro Sodré, Guanabara III e São Luís. Possuindo uma área total de 9,400 hectares, tendo como perímetro 59 Km.

Mapa 01: T.I Lauro Sodré



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Os primeiros estudos realizados pela FUNAI, para o procedimento de normalização da T.I Lauro Sodré, ocorreu na década de 70, derivada de denúncias feitas pela liderança de seu Leonílio, cacique e fundador da comunidade de Lauro Sodré, motivadas pelas invasões violentas e ameaças feitas pelo empresário e fazendeiro Vitor Magalhães, com uma forte influência política e econômica na região.

No ano de 1978, a então Fundação Nacional do Índio (hoje Fundação Nacional dos Povos Indígenas), emitiu a Portaria n°. 465/E, a qual criou uma comissão para delimitar as terras dos povos Tikunas de Umariçu e Lauro Sodré. Estudos que apresentaram a proposta de demarcação de Lauro Sodré, com aproximadamente 7.650 hectares, porém não aconteceu (BRASIL/PPTAL, 2001).

Em 1982, um novo grupo de trabalho – GT é formado para novos estudos, e propõem uma área conjunta com outras terras indígenas (Santo Antônio, Bom Intento, e Porto Espiritual), a qual também não obteve sucesso em sua concretização. Porém, dois anos depois, em 1984, um novo GT é enviado para realizar os estudos, que teve suas conclusões e apresentou a proposta da demarcação envolvendo três comunidades: Lauro Sodré, São João de Veneza e Guanabara III, com uma área geográfica de 9.600 hectares, cerca de 60 Km (BRASIL/PPTAL, 2001). A proposta inicialmente não foi aceita pelas lideranças das comunidades, havendo discórdia e impossibilitando a continuidade do processo de demarcação proposta.

Na metade da década de 80, os avanços sobre a comunidade de Lauro Sodré, por parte do fazendeiro Vitor Magalhães se intensificaram, aumentando os conflitos com os Tikunas. Com a força econômica e política por parte de Vitor Magalhães na região do Alto Solimões, fez com que no decorrer dos processos de estudos da terra indígena, o fazendeiro tenha recebido apoio de políticos locais e de representantes legais presentes na região. Além da força econômica e política, foi usado pelo mesmo, intimidações contra os Tikunas, que a partir de conversas informais, os agentes de pesquisa descrevem ameaças reais de morte, destruição de suas roças e até mesmo atentado com arma de fogo por parte dos empregados do fazendeiro.

Com um longo período de anos sem estudos, a FUNAI retomou os trabalhos de identificação e delimitação de Lauro Sodré em 1993, e no ano seguinte, no relatório técnico, “o Antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel, considerou-se impedido de cumprir as determinações da portaria, quanto a T.I Lauro Sodré, já que as desavenças internas” (BRASIL/PPTAL, 2001), que

ocorria entre as comunidades propostas para a demarcação conjunta, não chegavam em um acordo final.

No final da década de 90, os indígenas das comunidades realizaram mobilizações para chegarem a um acordo e demarcarem seus territórios. Esta junção de força foi necessária, pois a solicitação feita por Lauro Sodré para a demarcação de seu território não foi possível, devido ao pequeno número de famílias, desta maneira sendo necessária a presença de mais famílias.

Segundo falas do vice Cacique de Guanabara III, seu Eládio:

Os antropólogos visitaram a comunidade (Lauro Sodré), só tinha quinze casas, e não dava pra fazer a demarcação, porque a área do Magalhães aí, a fazenda, era cento..., não, era trezentos mil reais de indenização parece, do campo dele. Aí FUNAI disse: com quinze casas não dar, não tem como. Aí contaram com a gente (Guanabara III). Juntaram e fizeram reunião com nós, São João de Veneza, Guanabara e Lauro Sodré.

A partir desta mobilização, em agosto de 1999, o então cacique de Guanabara III solicitou um novo reestudo, incluindo as três comunidades. Desta maneira fortalecendo o processo de demarcação de seus territórios. No decorrer do processo de mobilização para a demarcação da terra foi incluído a comunidade de São Luís, que se encontrava as margens direita do Igarapé de Guanabara, assim fortalecendo e aumentando o número de famílias para o processo de demarcação. Com a participação das lideranças das quatro comunidades que compõem a T.I Lauro Sodré, foi elaborado em formato conjunto um documento, que atendia a necessidade das comunidades e foi indicado neste documento uma área para a demarcação.

Em 2000 um GT foi formado para estudos da nova área solicitada pelas quatro comunidades, iniciada então um novo processo de estudos pela FUNAI, que forma um grupo técnico pela Portaria n°. 002/PRES, em 18 de janeiro de 2000, que tinha como coordenadora dos estudos a antropóloga Regina Maria de Carvalho Erthal (BRASIL/PPTAL, 2001).

A partir dos estudos, foi então apresentado a delimitação da área calculada para a Terra Indígena Ticuna Lauro Sodré, que conta com 9.400 hectares, cerca de 54 Km, assim sendo composta por quadro comunidades e todas Tikunas: São Luís, Guanabara III, Lauro Sodré e São João de Veneza. Proposta esta que segundo moradores da comunidade inicialmente teve uma resistência, mas que no final foi aceita por todos.

Conforme o Art. 231 da CF, a área proposta atende os requisitos para a sua demarcação, sendo habitada permanentemente pelos Tikunas, expressando sua cultura, identidade, língua, crenças e organização social.

Formalizando então 4 anos após o último estudo, a homologação da Terra Indígena Lauro Sodré, que ocorreu em 27 de outubro de 2004, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro mandato 2003 - 2006 pelo Partido dos Trabalhadores - PT, que assinou o decreto que homologa a demarcação administrativa da T.I Lauro Sodré.

Figura 02: Documento de homologação da T.I Lauro Sodré

WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-54, de coordenadas geográficas 04°32'26,2397" S e 69°51'42,1592" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-53, de coordenadas geográficas 04°32'40,5477" S e 69°52'14,4386" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-52, de coordenadas geográficas 4°32'35,5455" S e 69°52'48,2559" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-48, de coordenadas geográficas 04°33'08,3641" S e 69°53'17,1520" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-46, de coordenadas geográficas 04°33'21,3040" S e 69°53'46,3146" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-45, de coordenadas geográficas 04°33'33,3116" S e 69°54'13,3886" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-44, de coordenadas geográficas 04°33'46,7063" S e 69°54'43,5988" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-43, de coordenadas geográficas 04°33'59,3356" S e 69°55'12,0892" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-38, de coordenadas geográficas 04°34'12,5660" S e 69°55'41,9461" WGr, localizado a margem direita do Igarapé Crajari, OESTE, do marco antes descrito, segue pelo Igarapé Crajari, a jusante, até o Marco P-06, de coordenadas geográficas 04°32'43" S e 69°56'05" WGr, localizado na confluência com o Igarapé São Pedro; daí, segue pelo Igarapé Crajari, a jusante, até o Marco SAT-25, de coordenadas geográficas 04°30'07,5112" S e 69°55'58,1962" WGr, localizado na margem direita; daí, segue por linha reta até o Marco MP-30, de coordenadas geográficas 04°30'07,4952" S e 69°55'25,4032" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-31, de coordenadas geográficas 04°30'07,4885" S e 69°54'58,1495" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-32, de coordenadas geográficas 04°30'07,4856" S e 69°54'21,2449" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-33, de coordenadas geográficas 04°30'07,4867" S e 69°53'47,0397" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-66, de coordenadas geográficas 04°29'25,3780" S e 69°54'15,6623" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-65, de coordenadas geográficas 04°28'58,8454" S e 69°54'33,7001" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-64, de coordenadas geográficas 04°28'33,7554" S e 69°54'50,7611" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-63, de coordenadas geográficas 04°28'07,2976" S e 69°55'08,7597" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-62, de coordenadas geográficas 04°27'39,4835" S e 69°55'27,6882" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-61, de coordenadas geográficas 04°27'13,4173" S e 69°55'45,4297" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-21, de coordenadas geográficas 04°26'45,2536" S e 69°56'04,2646" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-67, de coordenadas geográficas 04°26'07,0916" S e 69°56'11,2504" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-19, de coordenadas geográficas 04°25'41,0524" S e 69°56'15,9491" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-18, de coordenadas geográficas 04°25'09,1858" S e 69°56'21,6954" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-17, de coordenadas geográficas 04°24'34,8601" S e 69°56'27,8798" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-16, de coordenadas geográficas 04°24'34,4915" S e 69°56'30,8735" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-11, início da descrição deste perímetro. Observação: 1 - Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SB-19-V-B - RADAM - 1978 - Escala 1:250.000; 2 - as coordenadas geodésicas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69.

Art. 2º A terra indígena de que trata este Decreto, situada na faixa de fronteira, submete-se ao disposto no art. 20, § 2º, da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de outubro de 2004; 183ª da Independência e 116ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2004

Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Lauro Sodré, localizada no Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o art. 19, § 14, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, e o art. 5º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a demarcação administrativa, promovida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, da terra indígena destinada à posse permanente do grupo indígena Tikuna, a seguir descrita: a Terra Indígena denominada Lauro Sodré, com superfície de nove mil, quatrocentos e setenta e oito hectares, sessenta e dois ares e dezesseis centiares e perímetro de cinquenta e cinco mil, quinhentos e oitenta e quatro metros e quarenta e seis centímetros, situada no Município de Benjamin Constant, Estado do Amazonas, circunscreve-se aos seguintes limites: NORTE: partindo do Marco SAT-11, de coordenadas geográficas 04°25'36,3774" S e 69°56'22,2885" WGr, localizado na margem direita do Rio Solimões, segue pela citada margem, a jusante até o Marco SAT-01, de coordenadas geográficas 04°24'18,1492" S e 69°54'51,0149" WGr; LESTE: do marco antes descrito, segue por linha reta até o Marco SAT-07, de coordenadas geográficas 04°24'45,2453" S e 69°54'58,1393" WGr, localizado na margem direita do Igarapé Guanabara; daí, segue por este, a montante, até o Marco SAT-68, de coordenadas geográficas 04°26'19,2499" S e 69°54'06,7013" WGr, localizado na sua cabeceira; daí, segue por linha reta até o Marco MP-73, de coordenadas geográficas 04°26'33,6411" S e 69°53'37,2004" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-74, de coordenadas geográficas 04°26'47,5583" S e 69°53'08,6817" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-75, de coordenadas geográficas 04°27'17,6063" S e 69°52'56,2548" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-76, de coordenadas geográficas 4°27'49,8638" S e 69°52'42,9041" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-77, de coordenadas geográficas 04°28'19,2250" S e 69°52'30,7422" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-78, de coordenadas geográficas 04°28'44,4041" S e 69°52'20,30562" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-83, de coordenadas geográficas 04°29'14,3427" S e 69°52'07,2397" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-84, de coordenadas geográficas 04°29'44,2110" S e 69°51'54,2009" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-85, de coordenadas geográficas 04°30'13,9430" S e 69°51'41,2190" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-86, de coordenadas geográficas 04°30'43,8632" S e 69°51'28,1549" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-87, de coordenadas geográficas 04°31'13,8982" S e 69°51'15,0403" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-88, de coordenadas geográficas 04°31'43,7740" S e 69°51'01,9903" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-58, de coordenadas geográficas 04°32'04,4384" S e 69°50'52,9607" WGr, localizado na cabeceira do Igarapé Esperança; SUL: do marco antes descrito, segue por linha reta até o Marco MP-55, de coordenadas geográficas 04°32'13,7855" S e 69°51'14,0565" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-54, de coordenadas geográficas 04°32'26,2397" S e 69°51'42,1592" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-53, de coordenadas geográficas 04°32'40,5477" S e 69°52'14,4386" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-52, de coordenadas geográficas 4°32'35,5455" S e 69°52'48,2559" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-48, de coordenadas geográficas 04°33'08,3641" S e 69°53'17,1520" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-46, de coordenadas geográficas 04°33'21,3040" S e 69°53'46,3146" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-45, de coordenadas geográficas 04°33'33,3116" S e 69°54'13,3886" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-44, de coordenadas geográficas 04°33'46,7063" S e 69°54'43,5988" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-43, de coordenadas geográficas 04°33'59,3356" S e 69°55'12,0892" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-38, de coordenadas geográficas 04°34'12,5660" S e 69°55'41,9461" WGr, localizado a margem direita do Igarapé Crajari, OESTE, do marco antes descrito, segue pelo Igarapé Crajari, a jusante, até o Marco P-06, de coordenadas geográficas 04°32'43" S e 69°56'05" WGr, localizado na confluência com o Igarapé São Pedro; daí, segue pelo Igarapé Crajari, a jusante, até o Marco SAT-25, de coordenadas geográficas 04°30'07,5112" S e 69°55'58,1962" WGr, localizado na margem direita; daí, segue por linha reta até o Marco MP-30, de coordenadas geográficas 04°30'07,4952" S e 69°55'25,4032" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-31, de coordenadas geográficas 04°30'07,4885" S e 69°54'58,1495" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-32, de coordenadas geográficas 04°30'07,4856" S e 69°54'21,2449" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-33, de coordenadas geográficas 04°30'07,4867" S e 69°53'47,0397" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-66, de coordenadas geográficas 04°29'25,3780" S e 69°54'15,6623" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-65, de coordenadas geográficas 04°28'58,8454" S e 69°54'33,7001" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-64, de coordenadas geográficas 04°28'33,7554" S e 69°54'50,7611" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-63, de coordenadas geográficas 04°28'07,2976" S e 69°55'08,7597" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-62, de coordenadas geográficas 04°27'39,4835" S e 69°55'27,6882" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-61, de coordenadas geográficas 04°27'13,4173" S e 69°55'45,4297" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-21, de coordenadas geográficas 04°26'45,2536" S e 69°56'04,2646" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-67, de coordenadas geográficas 04°26'07,0916" S e 69°56'11,2504" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-19, de coordenadas geográficas 04°25'41,0524" S e 69°56'15,9491" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-18, de coordenadas geográficas 04°25'09,1858" S e 69°56'21,6954" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-17, de coordenadas geográficas 04°24'34,8601" S e 69°56'27,8798" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco MP-16, de coordenadas geográficas 04°24'34,4915" S e 69°56'30,8735" WGr; daí, segue por linha reta até o Marco SAT-11, início da descrição deste perímetro. Observação: 1 - Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SB-19-V-B - RADAM - 1978 - Escala 1:250.000; 2 - as coordenadas geodésicas citadas neste memorial descritivo são referenciadas ao Datum Horizontal SAD-69.

Fonte: <https://www.socioambiental.org/>, 2023.

2.2 Caracterização Geográfica E Social Das Comunidades Lauro Sodré e Guanabara III

A construção das histórias e das características das comunidades indígenas Tikunas Lauro Sodré e Guanabara III se deram a partir de histórias orais, que foram formuladas a partir de entrevistas, conversas informais com lideranças e anciões das comunidades, permitindo assim ter a real proximidade do processor de fundação de suas comunidades. Os critérios para a escolha dos entrevistados e as conversas informais se deram a partir da proximidade temporal que os mesmos possuem com a história de fundação e crescimento de suas comunidades.

O diálogo nos possibilitou a construção da história de fundação de Lauro Sodré e Guanabara III, a partir das memórias dos moradores das respectivas comunidades e a capacidade de rememorar o passado, enquanto testemunhas da trajetória de fundação de suas comunidades. A história oral permite-nos aproximar de “algo mais penetrante e mais fundamental sobre a história” (Thompson, 1992, p. 137). E ao utilizar desta metodologia, foi escolhido ter como agentes de pesquisas para obter as histórias orais e as conversas informais, as lideranças das comunidades, as pessoas mais velhas, a qual vivenciaram o decorrer da história de suas comunidades, e assim sendo construída coletivamente. Halbwachs (2004), nos diz que toda memória é coletiva, e constitui um elemento essencial da identidade.

Optamos pela construção da história das comunidades a partir da historial oral, pois não foi encontrado durante as pesquisas em fontes bibliográficas, trabalhos científicos e documentos que abordem a história de Lauro Sodré e Guanabara III. Porém, alguns relatórios técnicos serão citados, onde são registrados conflitos no processo de demarcação destes territórios, que fazem parte da história de cada comunidade.

2.2.1 Comunidade Lauro Sodré

A comunidade Lauro Sodré, está localizada na margem direita do Rio Solimões, pertencente a Terra Indígena (T.I) Tikuna Lauro Sodré, no município de Benjamin Constant, com uma distância via fluvial até a sede municipal de 10.8 Km. Na figura 03 pode-se observar e ter uma visão da comunidade no ano de 2023.

Figura 03: Comunidade Lauro Sodré.



Fonte: Acervo pessoal de Pesquisa, 2023.

Ao descrever sobre a história da comunidade Lauro Sodré, estamos lidando com uma história marcada por conflitos territoriais e invasão fundiária, que foram cometidas pelo fazendeiro da região chamado Vitor Magalhães. A família Magalhães era conhecida pela grande influência de poder e por inumeras propriedades na região do Alto Solimões.

Em 15 de novembro de 1938 a comunidade Tikuna de Lauro Sodré é fundada por Leonílio Clemente Lima, que juntamente com a família de seu irmão Lidio Clemente Lima, formaram a comunidade com suas famílias e construíram suas casas ao redor da fazenda. A proximidade de seu território com a fazenda alavancou conflitos, causados pelas invasões dos gados em suas roças, a qual levou Lidio Clemente Lima a sair de sua casa e migrar para outro território, como relata a cacique Cristina, filha de seu Leonílio, fundador da comunidade:

Morava só a família do meu pai e do meu tio, só que meu tio não aguentou né, o fazendeiro aí. Porque onde tinha cerca, os bois (gado) derrubava a cerca, entrava e invadia as plantas (roças) e não gostou. Aí nós ficamos aqui (seu Leonílio), nesse tempo eu nem existia ainda. (Cristina – Cacica de Lauro Sodré, 2023)

Após a saída de Lidio de seu território, Leonílio permaneceu com sua família em Lauro Sodré e com sua permanência, novas famílias Tikunas chegaram na comunidade e desta maneira aumentando o número de casas na comunidade e consequentemente o território dos Tikunas de Lauro Sodré. Brasil/PPTAL (2001), os conflitos tornaram-se cada vez mais intensos, havendo ameaças e intimidação aos indígenas com exibição de armas, por parte do empregado, Acelino Catite.

Tinha ameaças, a gente não podia passar pelo campo, se o pessoal dele, o gerente que fica aí (fazenda) né, que era o seu Acelino, que ficava aí, ele era o mais valente, não deixava nenhum indígena passar no campo, se passasse no campo, ele pensava que tava mexendo nas frutas dele e ele metia bala. Duas vezes minha mãe (Robertina Carneiro Lima) ela escapou mesmo de tiro. (Cristina – Cacica de Lauro Sodré, 2023)

Com a pressão dos funcionários do fazendeiro, e a ampliação de sua fazenda, consequentemente adentrando cada vez mais no território dos Tikunas, as famílias não suportaram as ameaças e migraram para outras comunidades. Segundo a antiga Diretoria de Patrimônio Indígena – DPI (1984), na década de 40 os indígenas não suportaram os maus-tratos por parte dos empregados, e foram para Umariáçu⁹, única área indígena com assistência de órgão tutelar na época dos conflitos.

Os conflitos se intensificaram a partir do momento que seu Leonílio e os moradores da comunidade, com pesquisas por parte dos próprios moradores, descobriram que o local onde estava a fazenda, já havia sido habitada por seus avós, sendo assim um território tradicionalmente ocupado pelo povo Tikuna de Lauro Sodré. Seu Leonílio é visto pelos moradores da comunidade como exemplo de uma liderança forte, que lutou pelo seu território, que não temeu as ameaças, e como modo de adquirir seus direitos, o líder da comunidade dar entrada ao processo de demarcação de seu território, iniciou então uma luta jurídica e formal por direitos ao seu território tradicional do seu povo.

⁹ A Terra Indígena de Umariáçu está localizada na margem esquerda do Rio Solimões, no município de Tabatinga, e que teve seu processo demarcatório entre 1978 a 1998.

Conforme a antiga Diretoria de Patrimônio Indígena – DPI (1984):

As primeiras referências sobre essa comunidade, nos Processos consultados, são de 1976, onde os índios solicitam a FUNAI uma área de 750 metros de frente por 3.000 metros de fundo. Vários relatórios de chefes de P.I., do chefe da BFSOL e da COAMA enviados para FUNAI, registram as pressões que os índios de Lauro Sodré sofrem por parte da Empresa Irmãos Magalhães Indústria e Comércio Ltda que se diz proprietária de 1.000 há, há cerca de dez anos de particulares. (DPI, 1984, p. 1)

O processo histórico de resistência e luta do povo Tikuna no Alto Solimões é marcado por violência e desprezo por parte dos brancos (não indígenas). E a conquista e amenização destes conflitos se deram a partir das demarcações dos territórios do povo Tikuna. Lauro Sodré é exemplo de uma comunidade Tikuna que se mobilizou e lutou pelos seus direitos, tendo uma luta de mais de 25 anos para a homologação de seu território. De acordo com Oliveira (1998), na década de 80 houve muitos conflitos entre os indígenas e os empregados do fazendeiro que seguidamente invadiam as áreas indígenas.

Hoje a comunidade está em área protegida pelo Estado brasileiro, na T.I que leva o nome da comunidade, Terra Indígena Lauro Sodré, juntamente com outras três comunidades (São Luís, Guanabara III e São João de Veneza) e todas Tikunas. A comunidade que inicialmente é formada por duas famílias de irmãos Tikuna, hoje é composta por 58 famílias, aproximadamente mais de 250 Tikunas.

Constituída por uma **fauna e flora** bastante diversificada, com abundância de recursos naturais, permitindo o compartilhamento coletivo. Composta por dois ecossistemas, várzea e terra firme. A várzea é representada por áreas inundadas periodicamente pelo Rio Solimões, na comunidade é retratada por pequenas faixas na margem do Solimões. Enquanto a Terra Firme são áreas que não inundam em período de cheia dos rios, a qual é o ecossistema predominante de seu território. Com a exploração de madeira por parte do fazendeiro Magalhães, tornou-se difícil ser encontrado madeiras nobres em abundância. Apesar do acesso ao Rio Solimões e a lagos próximos de seu território, a pesca é praticada com baixo rendimento.

Consequência da invasão, da exploração e aberturas de grandes áreas de pasto para a criação de gado, são marcas até hoje visíveis na comunidade, estas marcas que representam um processo de luta dos Tikunas de Lauro Sodré por seu território. É visualmente notável na figura 04 a presença

de uma área com pouca vegetação, uma extensão territorial com poucos recursos naturais, mas que hoje é usada pelos moradores como área para a plantação de suas roças, pois é uma área que não necessita abertura de área de floresta para a formação de novas roças, desta maneira poupando tempo em novas abertura de roças, a qual demanda de dias e força física para a sua realização.

Figura 04: Área de pasto.



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Sem conhecimento do tamanho dessa área do pasto, por parte dos agentes de pesquisa, realizamos um levantamento em hectares da área de pasto, através de imagens de satélite no programa “Google Earth Pro”, utilizando pontos de polígono, apresentados em metros e transformados em hectares a qual leva aproximadamente uma área de 25 hectares.

As **mobilizações sociais e políticas**¹⁰ são realizadas coletivamente, com a participação

¹⁰ As mobilizações sociais e políticas ocorre segundo Toro A. (1997) “quando um grupo de pessoas, uma comunidade, uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, os resultados desejados por todos.”

¹² Cacica Cristina é um exemplo da mobilização e participação políticas das mulheres em comunidades indígenas Tikunas, que é marca por uma organização social onde os homens assumem o papel de lideranças nas comunidades,

de toda a comunidade, sobre liderança da Cacica Cristina Mariano Clemente¹², primeira cacica mulher da comunidade, filha do fundador e primeiro cacique da comunidade. A partir das mobilizações da comunidade, foram conquistadas políticas públicas que beneficiassem todos os moradores.

A **educação** é um exemplo deste processo de mobilização social e político da comunidade, com muito fervor conquistaram a construção de uma escola, que durante anos teve suas características físicas semelhantes à realidade de muitas outras comunidades, uma escola de madeira, que foi construída a partir de recursos naturais (madeira) retirada pelos próprios moradores da comunidade. No ano de 2023 sendo concluída a construção de uma escola (figura 05) com estrutura física de alvenaria.

Figura 05: Escola.



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

fruto de uma questão do povo Tikuna, porém que vem ganhando novos significados, como por exemplo, uma participação mais ativa de mulheres nas questões políticas nas comunidades.

A escola é administrada pela secretaria de educação do município, porém havendo convenio com o governo do Estado. Na escola é oferecido pelo município a pré-escola, as series iniciais, do 1º ao 5º ano, e pelo convenio com o estado é oferecido as series finais do 6º ao 8º ano, tendo a ausência do 9º ano e do ensino médio do 1º ao 3º ano, desta maneira levando alguns alunos se deslocarem para a comunidade vizinha como Guanabara III, Filadélfia e a cidade para ter acesso à educação no ensino médio. O corpo docente da escola em Lauro Sodré é composto por professores indígenas e não indígenas, do estado e município. A pré-escola na comunidade estão sobre tutela dos professores indígenas, onde prevalece as aulas na língua materna do povo Tikuna. Nas séries iniciais as aulas são ministradas por professores indígenas e não indígenas, desta maneira sendo bilingue.

O processo de atendimento à **saúde** básica é realizado por visitas periódicas na comunidade, onde profissionais da saúde da Secretaria da Saúde Indígena – SESAI, é responsável por estes atendimentos básicos. Contando com a presença de agente de saúde, dando prioridade para o cargo, moradores da própria comunidade que tenha a formação necessária para assumir o posto de agente de saúde. Lauro Sodré não possui uma Unidade Básica de Saúde Indígena - UBSI que possa atender os moradores diariamente, desta maneira levando os Tikunas a se deslocarem para receber atendimento nas comunidades vizinhas Guanabara III e Filadélfia. Em casos de urgência e emergência os pacientes são levados para a cidade, muitas das vezes pelos próprios familiares do paciente, em suas canoas com um motor de baixa propulsão, localmente conhecido como rabeta ou peque-peque, ou no transporte da SESAI quando se é notificado a necessidade de transportar um paciente.

As visitas periódicas são realizadas em um local improvisado que foi construído para as reuniões dos moradores da comunidade, a qual é nomeada pelos mesmos como “casa de reunião”. O espaço é um local aberto, apenas com cobertura e algumas cadeiras, e que durante o processo de construção da nova escola, a casa de reunião se tornou um local provisório para acontecer as aulas na comunidade, assim possuindo várias utilidades para os moradores como, escola provisória, área de atendimento de saúde, local para a realização das mobilizações e reuniões da comunidade.

Figura 06: Casa de Reunião.



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

As mobilizações por melhorias são diárias, recentemente (ano de 2023) foi conquistado a edificação de uma caixa d'água para atender a demanda de água potável para os moradores, tendo um destaque maior no período da seca na comunidade, período que pouco se chove e as famílias não conseguem captar água da chuva em suas caixas para o consumo.

Figura 07: Caixa d'água.



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

2.2.2 Comunidade Guanabara III

A comunidade Guanabara III (figura 08), sendo uma das quatro comunidades que formam a Terra Indígena (T.I) Lauro Sodré. Estando em terra firme e pequena porcentagem em área de várzea, na margem direita do rio Solimões, envolvendo-se por igarapés na esquerda e direita, desta maneira utilizando os igarapés como marco de divisão com as comunidades vizinhas, tendo São Luiz a direita e Lauro Sodré a esquerda.

Figura 08: Comunidade Guanabara III.



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

A fundação da comunidade se dar diante da migração de famílias lideradas pelo Tikuna Manoel Pinheiro em maio de 1966, saindo do Igarapé do Assacaia para as margens do Igarapé de Guanabara, esta migração se deu por Manoel em busca de um território que propiciasse para a sua família melhores condições de vida. Com o processo de ocupação territorial por seu Manoel e seus familiares, seu Manoel é apontado como fundador e primeiro cacique da já comunidade Guanabara III.

Seu Eládio, vice cacique em uma entrevista relata sobre a fundação da comunidade:

A fundação dessa comunidade era 6 de maio, em 1966, pelo seu Manoel, ele era meu tio, quando a comunidade começou tinha só três famílias só, de lá pra cá, agora nós temos 120 famílias, todas Tikunas. (Eládio – Vice Cacique da comunidade Guanabara III, 2022).

A migração para Guanabara III só foi possível pois houve um acordo tácito entre seu Manoel e as lideranças da comunidade de Lauro Sodré, desta maneira tendo a ausência de qualquer documento valido que comprove este acordo, sendo firmado a partir de um consenso verbal e levado a partir das relações familiares entre seu Manoel e as lideranças de Lauro Sodré.

Com a chegada da família de seu Manoel a gestão do território se torna compartilhado, pois inicialmente o território de Guanabara tinha Lauro Sodré como gestor de seu território e recursos e bens naturais propiciados pelo meio ambiente. Mas a partir do momento em que seu Manoel e sua família ocuparam o território, o processo de gestão do território passa para seu Manoel, se tornando então o primeiro cacique da comunidade de Guanabara III.

Com o processo de gestão da comunidade por seu Manoel, houve nos anos de 80 e 90 mobilizações por parte das lideranças de Lauro Sodré, Guanabara III e São João de Veneza para o processo de demarcação de seus territórios, lutas esta que foi travada por mais de duas décadas.

No decorrer houve conflitos com a comunidade vizinha de Guanabara II, que na década de 90, invadiam a comunidade de Guanabara III, abrindo roças fora de sua área geografia, causando então, inúmeros conflitos entre os Tikunas e os Kokamas de Guanabara II. Conflitos estes que foram apaziguados com a demarcação de seus territórios, porém cabe ressaltar que a partir de relatos dos moradores, ainda ocorrem invasão por parte da comunidade vizinha.

Dentre as comunidades que formam a T.I Lauro Sodré, a comunidade de Guanabara III é a que se tornou maior entre as quatro, tendo assim mais força política entre as quatro comunidades. Destaco isso pois, algumas políticas públicas executadas na T.I, tiveram como principal beneficiário a comunidade de Guanabara III, isso se deu ao seu tamanho e ao número de famílias que ali existem, que é maior que as demais comunidades.

Exemplo deste argumento, são a vitalização de escola e posto de saúde na comunidade, que foram construídas para atender os Tikunas da T.I Lauro Sodré, porém que foram construídas em Guanabara devido seu tamanho. Mas cabe ressaltar que estas escolhas foram tomadas coletivamente entre as quatro comunidades, e que levaram em conta o tanho populacional de cada comunidade e sua estrutura.

Figura 09: Escola Municipal Indígena Pedro Alves



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Hoje a comunidade conta com a presença de uma Unidade Básica de Saúde Indígena – UBSI (Figura10) que também fica responsável pelo atendimento das comunidades vizinhas, possui uma escola Municipal a qual tem acesso a internet e que é fornecida para os alunos, tem presente uma igreja cristã evangélica, possui 120 famílias, as mesmas vivem da pesca e agricultura, desta maneira produzindo seu próprio sustento alimentar e realizando comércio com uma parte de suas produções junto a área urbana dos municípios vizinhos.

Figura 10: UBSI (Unidade Básica De Saúde Indígena)



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

A comunidade se encontra em terra firme, na margem direita do rio Solimões, utiliza como ambiente de pesca o próprio Solimões e a outra margem do rio onde se encontra uma ilha, a qual possui alguns lagos que são utilizados pela comunidade, porém destaco que os lagos não estão dentro de sua área demarcada, sendo desta forma de uso aberto, ou seja, outras comunidades utilizam os lagos.

Guanabara III possui uma fauna e flora bastante diversificada, embora a abundância dos recursos naturais permita o compartilhamento coletivo, observa-se maior pressão sob os estoques de recursos utilizados, ainda que forneçam o sustento para a comunidade.

Dentro de seu território, os moradores relatam haver madeira para a construção de suas casas e demais demandas, os mesmos dizem que podem ser encontradas as seguintes espécies de árvores: acapu, cedro, andiroba e Angelim, e todas podem ser encontradas no centro, eles se referem ao centro como lugares distantes dentro da floresta, relatam a presença de animais de caça, como queixada (porco do mato) e macacos. Dentro de sua dimensão territorial, os Tikunas

descrevem um território rico em recursos naturais, com muitas árvores frutíferas, plantas medicinais, plantas comestíveis e terra de boa qualidade para suas plantações.

Dentro de seu território, os indígenas não possuem lagos, desta forma os prejudicando na pesca, pois a partir de seus relatos, a comunidade sofre com falta de peixe:

Não tem lago, e os igarapés não tem muito peixe, a gente pesca lá né, mas da pouco peixe, e no rio quase não dá, a gente pesca no lago que tem na ilha da frente, mas lá não é nosso, outras comunidades usam também, então tem pouco peixe, a gente tem açude pra criar peixe, ai quando tem festa a gente tira peixe de lá, a comunidade cuida. (Eladio – Vice Cacique da comunidade Guanabara III)

Com a falta de peixe, a comunidade se mobilizou e se reuniu para discutirem respectivas soluções para a escassez de pescado, chegando à conclusão que deveriam fazer açudes, e desta forma, foi feito três açudes, todos pelos moradores de Guanabara, assim possibilitando a criação de seus próprios peixes, a qual seriam para apenas consumo das famílias.

Figura 11: Açude.



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

A partir de muitas conversas informais, moradores também relatam esta realidade envolta das questões de falta de peixe, e de como isso de alguma forma causa um impacto negativo na comunidade, já que o peixe é apontado como seu principal alimento. A impossibilidade dos recursos pesqueiros não serem suficientes são um reflexo da alta e descontrolada pescaria comercial, pois, pescadores locais e também de outras regiões usam deste ambientes para a pescaria e comercialização dos mesmo para os centros urbanos de Benjamin Constant, Tabatinga e Letícia.

Guanabara III encontra-se com conflitos socioambientais relativamente pequenos, porém que se não solucionados, podem ser tornar agravantes e de uma forma prejudicial para o modo de vidas dos indígenas Tikuna que ali vivem.

Como já citado, um aspecto socioambiental preocupante, segundo os moradores da comunidade, está ligado a escassez de peixe, pois eles relatam que não possuem controle ou fiscalização dos seus lugares de pesca. Eles dizem já sofrer invasões em seu território para retirada de madeira ilegal e como isso impacta a população local, por exemplo, fazendo com que fique mais longe para os moradores encontrarem recursos madeireiros utilizados de forma tradicional para a construção de suas habitações. O mesmo acontece com a caça, e de como isso faz com que os animais fujam para mais longe, pois a caça excessiva além de causar desprovimento de animais de caça diminui a capacidade de alternativas alimentares gerando insegurança e vulnerabilidade.

A comunidade luta contra esses crimes de forma autônoma, já que os mesmos afirmam que as autoridades públicas não cumprem com as fiscalizações, sobretudo o trabalho realizado pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Polícia Federal (PF) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), desta maneira os levando a uma mobilização comunitária que envolve as comunidades vizinhas pertencentes a T.I Lauro Sodré, havendo assim uma gestão conjunta, referente a toda área demarcada.

Portanto, a gestão da T.I é compartilhada entre as quatro comunidades, a qual enfrentam juntos os crimes que os atingem. Levando a uma organização conjunta e democrática, que favoreça todas as comunidades e respeitem as particularidades de organização de cada grupo.

CAPÍTULO 03: A GESTÃO TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS E A SITUAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL DE TERRAS INDÍGENAS NO ALTO SOLIMÕES

O presente capítulo tem como objetivo descrever a organização na gestão territorial da terra indígena Lauro Sodré, havendo uma reflexão conceitual de gestão territorial com a prática envolta da organização social dos Tikuna entorno do planejamento e execução da gestão de seus territórios. Refletindo sobre a situação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI, e sua presença na região do Alto Solimões e mais especificamente nas terras indígenas demarcadas na região.

3.1 Gestão Territorial

Ao tratarmos de gestão territorial estamos lidando com um tema que vem ganhando muita importância nos últimos anos, pois geram debates acerca dos povos indígenas quando se trata de seus territórios e os conflitos que vem aumentando devido à ausência do estado na participação da gestão das terras indígenas.

Para melhor entendimento de gestão territorial, apresentarei conceito envolto de gestão e havendo uma leitura acerca do conceito de território construída no capítulo anterior. E ao tratarmos do conceito de gestão, inicialmente nos é remetido a ideia de um “ambiente profissional ligado à administração de empresas” (Souza, 2002) ou até mesmo a administração pública. Porém, o conceito de gestão é algo mais complexo quando voltado a gestão das terras indígenas no Brasil. Segundo (Little, 2006, p. 19), a gestão,

“[...] também se aplicam a situações da administração de ecossistemas ou do uso de recursos naturais. Nessa aplicação, fica patente uma ênfase maior na manutenção ou conservação dos ecossistemas sob gerenciamento, do que no caso do termo ordenamento.”

Portanto, a gestão dos territórios é resultado das relações entre os grupos sociais em torno de seus territórios, a exemplo dos povos indígenas tendo como objetivo a conservação dos seus

recursos naturais e manutenção de sua cultura, língua, crenças e em que o autor complementa dizem que,

“[...] as ações de gerenciamento ou administração desse território, contidas na noção de gestão, serão realizadas por esse grupo social. Mas, essas ações, além de implementar seus interesses sociais, econômicos e políticos, contêm uma preocupação com o adequado manejo dos fluxos biofísicos do território.” (LITTLE, 2006, p. 21)

Para a construção ou organização de uma gestão territorial, se faz necessário o planejamento desta execução, desta maneira havendo um eixo que direcione as tomadas de decisões dos grupos sociais na gestão de seus territórios. Contendo assim uma relação entre os conceitos de planejamento e gestão territorial, que vão ser materializados a partir das relações sociais expressas nos territórios. Lemos, Junior & Wstane (2019, p. 729) dizem que:

“O conceito de planejamento pode estar associado ao ato de pensar a partir de uma lógica futura e a uma intencionalidade de organizar as ações e as propostas de forma a atingir objetivos e prioridades. A gestão, por sua vez, está associada a um conjunto complexo de ações e de instrumentos (um deles pode ser o planejamento) que fundamenta a tomada de decisões por meio de uma administração mais próxima do que deve ser gerido.”

Correlacionando então planejamento a gestão territorial, como atos das relações humanas em um ponto de vista coletivo, sendo desta maneira um elemento presente na gestão de terras indígenas a qual acontece pelos grupos étnicos em seus territórios de forma coletiva e organizacional a partir de suas realidades e cultura, ou seja, cada povo pode planejar sua gestão a partir de sua organização social levando em conta os aspectos culturais.

Deve se levar em consideração o significado da gestão do território dos povos indígenas, além dos aspectos físicos, o lado simbólico a qual leva a construção da relação dos povos indígenas com o território e sua manutenção, a qual as comunidades de Guanabara III e Lauro Sodré apresentam um planejamento de gestão de seus territórios, porém entrelaçado com a sua cultura e seus saberes em torno de seu território.

E ao tratarmos de gestão territorial em terras indígenas, e apesar da autonomia que os povos indígenas possuem para a organização da gestão de seus territórios, é dever do estado em instancia federal a proteção das terras indígenas contra propulsores de atividades ilegais a quais estão madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, caçadores ilegais e no caso da realidade do local de pesquisa está em uma região de fronteira que é rota para o tráfico de drogas, dentro realidade das comunidades da T.I Lauro Sodré já se tem a presença do uso ilegal de substancia ilícitas como maconha e cocaína, como abordado pelos moradores.

Esta é uma ação que o estado deve desenvolver e que é garantida através de lei a partir da CF de 1988 (como consta no primeiro capítulo em que é desenvolvido uma reflexão acerca de terras indígenas em uma perspectiva jurídica), assim sendo responsabilidade do estado proporcionar segurança territorial para povos e comunidades tradicionais que estão em áreas demarcadas pelo governo federal. Pois cabe ressaltar como afirma Sousa (2012, p. 29),

“Fica também definido que as Terras Indígenas são da União, o que acaba por proporcionar maior segurança fundiária para os povos indígenas e a corresponsabilidade do Estado em sua manutenção. A Constituição também determina que o usufruto das Terras Indígenas é exclusivo dos povos indígenas e deve ser realizado “segundo seus usos, costumes e tradições”.

Destacando a participação do estado na gestão territorial de Terras Indígenas no Brasil, desta maneira havendo a presença de uma administração e gestão em um cunho político assumido pelo governo brasileiro pois o território pertence a União, não sendo de propriedade dos indígenas, mas possuindo a responsabilidade de garantir que os povos indígenas usufruem desses territórios com autonomia baseado em sua cultura e organização social.

Sendo presente nas terras indígenas uma gestão do território em que se é assumida pela união e pelos indígenas que ocupam o território demarcado pelo estado, possuindo então como característica uma corresponsabilidade, em que o estado garante com quem os indígenas possam usufruir de seus territórios, enquanto os povos indígenas fazem a gestão de seus territórios para a manutenção de sua cultura.

Ressalto a importância do papel do estado na gestão das terras indígenas, que apesar de serem assegurados de seus direitos, muitos conflitos socioambientais são travados em seus

territórios, colocando em risco a integridade destes povos, havendo até mesmo conflitos em que os indígenas são vítimas fatais de criminosos que invadem e cometem inúmeros crimes ambientais nas T.Is.

Portanto, a gestão territorial das terras indígenas é uma ação que deve ser compartilhada e assumida entre a união e os povos indígenas presentes em terras demarcadas. A qual a União por lei deve garantir aos povos indígenas o usufruto total de seus territórios e os povos indígenas na organização social e manutenção de seu território nos aspectos físico e simbólico.

3.1.1 A gestão da terra indígena Lauro Sodré

O processo de demarcação das terras indígenas no Brasil é marcado por um intenso movimento dos povos indígenas pela luta e garantia de seus direitos ao território, a T.I Lauro Sodré¹¹ é um exemplo do movimento do povo Tikuna na luta pela demarcação de seus territórios e de seu usufruto.

O processo de luta do povo Tikuna de Lauro Sodré apesar da conquista da homologação de seu território, é marcado como algo presente e contínuo devido os conflitos e problemas ambientais que afligem as comunidades que estão presentes na T.I. A ausência de políticas de gestão territorial torna-se a partir da realidade das comunidades, a principal carência entorno da gestão da T.I devido assistência que possa combater os conflitos socioambientais que acontecem e já trazem consequências para os indígenas que vivem neste território.

Porém, apesar desta ausência foi observado no decorrer das atividades de pesquisa de campo, um protagonismo por parte dos indígenas ao assumir a gestão de seu território e na luta contra os conflitos e problemas que surgem no decorrer da história da comunidade. Mas apesar deste protagonismo não se deve negar a importância da presença de políticas de gestão territorial por parte da união, pois se negada esta presença, se retira a responsabilidade do estado na gestão e proteção das terras e povos indígenas.

Ao se referir ao protagonismo que os povos indígenas assumem na gestão de seus territórios, Sousa (2012, p. 73) diz que:

¹¹ O processo de luta pela demarcação da T.I Lauro Sodré pode ser compreendida a partir da leitura do segundo capítulo a qual aborda o movimento feito pelo povo Tikuna para a demarcação de seu território.

“Finalmente, cabe também abordar a participação indígena nos processos relativos à gestão territorial em Terras Indígenas. Até pouco tempo, a política indigenista estatal era regida pelo princípio da tutela, exercido pela Funai, que era a responsável por toda a intermediação entre povos indígenas e sociedade nacional, assim como pela tomada de decisões mais estratégicas e institucionais sobre as Terras Indígenas, em termos de implementação de políticas públicas. Todo aspecto da gestão territorial que implicava interface ou relacionamento entre as comunidades indígenas e a sociedade nacional era intermediado pela Funai.”

Protagonismo que é assumido cada vez mais pelos povos indígenas, devido a ausência de instituições como FUNAI na gestão destes territórios. Ao cita a ausência, por exemplo da FUNAI, se é baseado a partir da principal queixa ou ausência que os indígenas da T.I Lauro Sodré citam na participação da gestão de seu território, como diz a cacica da comunidade de Lauro Sodré,

“já tem muito tempo que eles não vem aqui na comunidade, a ultima vez já faz anos. A gente precisa da ajuda da FUNAI, né, mas eles não vem, nós já fez reunião pra pedir pra eles virem, mas não vem. A comunidade quer ir ver onde tão tirando madeira, mas é muito pra dentro, ai fica dificil de ir pra lá, né, a gente não tem material pra ir, a gente queria material da Funai, pra ir ver se tão tirando muita madeira.” (Cacica Cristina, 2023)

Em muitos momentos de conversas, e até mesmo em conversas informais, percebe-se em suas falas a necessidade de ajuda de instituições, da União, do governo do estado e do próprio município para ajudar em questões social na comunidade e também de proteção de seu território. Apesar desta ausência as comunidades demostram uma organização na gestão de se território a partir dos conhecimentos tradicionais e seus saberes ambientais, para o cuidado com os recursos e bens naturais que são fornecidos em seu território.

A principal característica da gestão territorial da T.I Lauro Sodré está envolta da dimensão ambiental, pois a “qualidade e a diversidade dos recursos naturais geralmente são elementos básicos para a manutenção do modo de vida dos povos indígenas” (Sousa, 2012). Sendo colocada em pratica a partir dos saberes ambientais entorno da dimensão ambiental a gestão do território em

um contexto interno. Buscando preservar os recursos e bens naturais que fazem parte da T.I, como animais de caça, arvores que fornecem madeira para a construção de suas casas e canoas, plantas medicinais que auxiliam na cura de enfermidades, as roças, o rio, os peixes, seus igarapés e todos os recursos naturais que fazem parte da T.I Lauro Sodré.

Para a prática da gestão territorial, as comunidades fazem esta atividade em conjunto entre as quatro comunidades que compõem a T.I, e apesar de cada comunidade ter sua organização que por mais que sejam parecidas, carregam elementos que a diferenciam, porém, as mesmas possuem um único objetivo que é de preservar o meio ambiente que está presente em seus territórios.

Para o alcance do objetivo, os indígenas utilizam de seus conhecimentos tradicionais, saberes ambientais com uma relação direta com a natureza, para a gestão de seu território. Estes saberes se destacam no processo de proteção da T.I, como o uso de forma sustentável dos recursos e bens naturais. Saberes que destacam os pescadores, caçadores, os que conhecem as plantas medicinais, e coletores, fazedores de artesanatos (que utilizam da natureza para a retirada de matéria prima para confeccionar os artesanatos).

O processo de organização de gestão do território realizado pelos indígenas Tikuna apresenta formas de relação, compreensão e apropriação da T.I Lauro Sodré que estão entrelaçados com a sua identidade construída no território e seus saberes ambientais expressos no território, partindo deste pressuposto, indico algumas destas estratégias e como são postas em práticas.

Dentre as características apresentadas nas conversas informais, destaco a como principal as iniciativas de gestão do território voltadas para a questão ambiental, a qual os indígenas usam como estratégias entrelaçada com seus saberes a preservação da fauna e flora que compõem seu território, havendo manejos de formas sustentáveis de seus recursos. Leff (2001) diz que:

“A gestão ambiental local parte do saber ambiental das comunidades, onde se funde a consciência de seu meio, o saber sobre as propriedades e as formas de manejo sustentável de seus recursos, com suas formações simbólicas e o sentido de suas práticas sociais” (Leff, 2001, p. 153).

Portanto, a gestão dos recursos ambientais nos territórios indígenas tem como principal suporte os saberes ambientais, neste caso digo como saberes ambientais no plural, onde foi possível

compreender nas atividades de campo que todos saberes ambientais em torno do território são responsáveis pela manutenção e gestão de seus recursos naturais.

As atividades desenvolvidas para estão acontecem de forma coletiva entre as 4 comunidades, nas conversas com lideranças das comunidades de Guanabara III e Luaro Sodré, foi destacado entres as lideranças que os assuntos relacionados a gestão do território são discutidos em reuniões comutarias entre as lideranças e os moradores das comunidades. Estas reuniões acontecem em locais que os Tikuna denominam como “casa de reunião”, na figura 6 encontrada no segundo capítulo, pode ser observado a estrutura da casa de reunião, ondem acontecem estes encontros com o objetivo de tratar situações relacionadas ao seu território.

Além de questões relacionadas a gestão ambiental de seu território, são tratados também assuntos relacionados a questões sociais, como educação, saúde e saneamento básico, a qual destaco como lutas que fazem parte da gestão do território, com o intuito que fortalecerem as comunidades com a presença de escolas, postos de saúde e abastecimento de água potável a partir da construção poços artesianos com filtros potáveis.

Isto nos mostra que o processo de organização e tomadas de decisão das comunidades ocorre de forma coletiva, “o empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilidade e a participação social” (Kleba e Wendausen, 2009), e que todo o conhecimento sobre o seu território a qual os indígenas estão diretamente conectados tanto de forma concreta como simbólica, de forma individual e coletiva, demonstra o reconhecimento deste modo de gestão de seus territórios.

Um exemplo da práxis dos saberes ambientais dos indígenas, esta no uso de recursos naturais de uma forma sustentável, uma das características observados no decorrer da pesquisa e a partir das conversas informais, são as construções tradicionais das casas, canoas, remos, instrumentos de caça como fechas de pesca e instrumentos tradicionais de música. E para a realização destas atividades são utilizadas por exemplo na construção de casas e canoas, espécies de arvores que forneçam madeira especifica para serem utilizadas nestas atividades.

Na figura 12 , pode-se observar uma espécie de madeira para a construção de casas, esta foto foi retirada a partir de uma caminha para o centro¹² da comunidade, onde ficam as roças, as

¹² “Centro” é denominado pelos indígenas como um local onde fica mais distante das casas da comunidade, onde são realizados atividades de coleta, caça e agricultura.

capoeiras, um pouco mais adentro locais de caça e coleta. No decorrer da atividade o indígena Tikuna narrou como são usadas estas madeiras, como são retiradas e quais os critérios para a retirada de recurso natural.

Foi relatado que esta era uma espécie de madeira retirada para a construção de casas, que não são fáceis de encontrar perto da comunidade (aos redores das casas), sendo necessário adentra para áreas mais distantes do território, devido as marcas da exploração excessiva realizadas pelo fazendeiro Magalhães¹³ para a comercialização deste recurso natural. Marcas de exploração que até os dias atuais fazem parte da realidade dos indígenas que ali vivem na T.I Lauro Sodré.

Figura 12: Madeira Acapu



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Este recurso é utilizado por todos os moradores das comunidades, para a construção de suas casas e canoas, havendo um acordo comunitário para a não retirada de árvores consideradas novas e nem a comercialização destas madeiras. Além do Acapu, foi destaque uma espécie em que os indígenas denominam como amarelinha e cedro.

¹³ Fazendeiro que ocupava o território antes da demarcação da terra indígena, que pode ser entendido no capítulo dois deste trabalho.

Sendo desenvolvida pelos indígenas, uma relevante estratégia para a gestão do território, com a recuperação ambiental, que vem sendo materializado a partir da realidade em que sem encontram com a manutenção de seus recursos de forma coletiva e construída a partir de seus saberes.

Outro exemplo destas estratégias, está ligada a pesca e ao consumo de peixe, como destacado no capítulo, a Terra Indígena Lauro Sodré não possuem no seu território a presença de lagos a qual pode fornecer peixe para o consumo. E por está presente em região de fronteira, a pesca para comercialização por parte dos brancos acontece de forma desenfreada, em que qualquer pescador não indígena tem acesso a prática da pesca no Rio Solimões, havendo a presença tanto de brasileiros, como de pescadores peruanos e colombianos. Desta maneira sendo fortemente destacados pelos indígenas a falta de peixe para o consumo, onde nem mesmo seus igarapés podem fornecer peixe o suficiente para o consumo nas comunidades.

A partir desta realidade, os Tikuna de Lauro Sodré utilizaram de seus conhecimentos tradicionais, juntamente com técnicas e conhecimentos dos brancos para a construção de um açude de aterro, que ocorreu de forma coletiva, com a participação de todos os moradores, atividades esta que chama de ajuri, a qual todos trabalham de forma coletiva em prol das comunidades. A qual descrevo esta atividade no capítulo dois e onde pode se observar a figura 11.

Demonstrando assim uma busca de gestão do território acompanhando as mudanças que os atingem negativamente devido a exploração desenfreados da fauna e flora por parte dos não indígenas, desta maneira havendo uma adaptação às novas realidades que os indígenas enfrentam nas terras indígenas. A ausência de políticas públicas em torno da gestão do território, dificulta a manutenção dos recursos naturais nas comunidades, devido a não punição dos crimes envolvidas na exploração destes recursos, a qual os indígenas não possuem o poder de exercer uma punição aos criminosos.

Portanto, o povo Tikuna de Lauro Sodré demonstra uma gama de saberes ambientais que possibilitam de gerir seu território de uma forma sustentável de seus recursos naturais e da manutenção de sua cultura. Porém, se tem a necessidade da presença do estado com aplicação de políticas de gestão territorial e ambiental para que haja uma cooperação entre os demais.

3.2 Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI

No decorrer da história dos povos indígenas no Brasil, nos deparamos com uma história de muita luta, resistência e sobrevivência, contra uma nação que foi construída a partir de uma colonização cruel, com a exploração dos indígenas e do massacre em massas de povos tradicionais indígenas que resistiam a exploração desta colonização. Desta maneira, os povos indígenas não possuíam direitos e nem mesmo eram assistidos pela nação no decorrer do processo de colonização.

Segundo Dambrós (2019),

“Somente em 1831 os indígenas foram considerados órfãos e tutelados pelo Estado brasileiro, sendo este o primeiro documento do Império a favor da causa indigenista. Em contrapartida os indígenas seriam organizados em aldeamento e em 1845, decreta-se a regulamentação missionária, catequética e civilizacionista.” (Dambrós, 2019, p. 176)

Surge então a primeira tutela por parte do Estado, que incluísse os povos indígenas e os reconhecessem como parte da nação, porém como citado pelo autor, houve uma violência simbólica contra os costumes, a cultura, a língua e as crenças dos indígenas, tentando desconstruir sua identidade a partir da catequização por parte da igreja católica.

Porém os territórios dos povos indígenas eram constantemente invadidos, principalmente pelas frentes de colonização e interiorização, que foram fortemente beneficiados pela Lei de Terras e incentivados pelo Estado. A partir de denúncias fortes contra os genocídios, a qual gerou muitas repercussões internacionais, o estado brasileiro se viu obrigado a tomar um posicionamento forte para contra estes atos a vida dos indígenas. (Dambrós, 2019).

Foi criada então o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, que era gerida por Marechal Cândido Rondon, a qual abraçava as causas indígenas e defendia que os povos indígenas fossem nações autônomas (Dambrós, 2019), a SPI foi então substituída pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI em 5 de dezembro de 1967, que está vinculada ao Ministério da Justiça. Sendo criada seis anos depois da FUNAI, a Lei 6001, nomeada como Estatuto do Índio a qual apresenta

a ideia de que os povos indígenas são “parcialmente capaz e que necessita da tutela do estado (a FUNAI) e tem como objetivo a integração dos indígenas a sociedade brasileira (Dambrós, 2019, p. 177).

Estas conquistas são frutos dos movimentos sociais realizados pelos povos indígenas, que é marca desde o processo de colonização com a resistência e sobrevivência, até o processo de reconhecimento como cidadãos do Estado Brasileira, tendo assim direitos que garantisse sua proteção e o reconhecimento de suas culturas, modos de vida e o direito ao seu território.

A partir destas mobilizações e lutas coletivas dos povos indígenas no Brasil houve significantes avanços referente aos seus direitos, mas apesar destes avanços os povos indígenas ainda sofrem contra crimes que violam os seus direitos, principal entorno de seus territórios que se tornam alvo de um sistema de consumo dos recursos naturais encontrados nestes territórios. Mesmo com as terras demarcadas, o processo de fiscalização e gestão dos territórios indígenas por parte do Estado brasileiro, possuem lacunas que possibilitam a realizam de atos criminosos como garimpo ilegal, invasão de fazendeiros, retira de madeiras, e principalmente nos dias de hoje queimadas criminosas.

E como estratégias para a proteção e manutenção dos direitos dos povos indígenas são criadas políticas públicas para a proteção dos direitos e da gestão dos territórios. A partir da Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI, podemos compreender a situação das terras indígenas no país, partindo da tabela 01, em que é organizada o processo administrativo legal dos territórios indígenas no país.

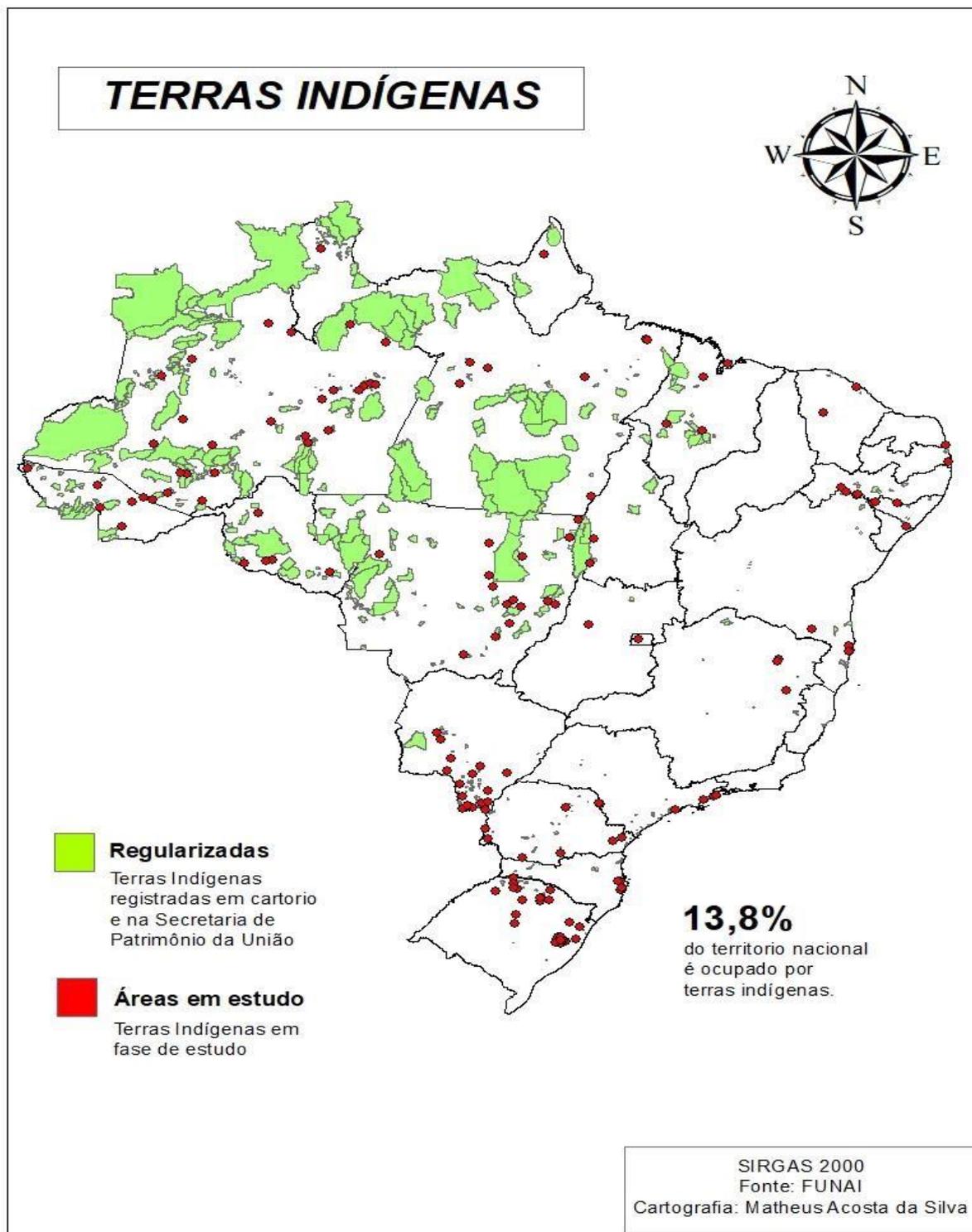
Tabela 01: Dados das terras indígenas no Brasil

Fase do processo	Quantidade	Superfície (há)
Declarada	66	7.637.324,7275
Delimitada	44	1.687.105,9225
Em estudo	151	0,0000
Encaminhada RI	23	199.381,9370
Homologada	11	902.082,4386
Portaria de Interdição	6	1.080.740,0000
Regularizada	450	107.134.551,4193
Regularizada	37	78.902,6443
Reserva Indígena	Quantidade	Superfície (há)
Total	571	117.361.064,5079
Total	60	278.284,5813

Fonte: FUNAI; <https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/geoprocessamento-emapas>

A partir do mapa 02, podemos observar a distribuição das terras indígenas demarcadas e áreas em estudo para a homologação. É notório a partir do mapa que a uma concentração maior de terras indígenas na região norte do país, a qual pode ser compreendida a partir de um contexto histórico, que levou a imigração de povos indígenas que fugiam do litoral do país para sobreviverem aos atos cometidos pela colonização.

Mapa 02: Terras Indígenas no Brasil



Fonte: Da Silva, Matheus Acosta, 2024.

As terras indígenas no país são por lei garantidas aos povos indígenas e o total usufruto dos seus recursos e bens naturais, desta maneira sendo ilegal a prática de atividades de exploração destes recursos para a comercialização por parte dos não indígenas. No entanto é importante destacar que mesmo protegidos pelas leis, muitas atividades ilegais ocorrem nas terras indígenas, assim havendo inúmeros conflitos socioambientais, Dambrós (2019) complementa dizendo que “é importante destacar que a Região Norte do Brasil, além de concentrar o maior número de Terras Indígenas, também reúne o maior número de incidências registradas de conflitos.”

Os conflitos socioambientais vêm se tornando mais frequente em terras indígenas, segundo Comissão Pastoral da Terra – CPT em seu relatório sobre “Conflitos no Campo, Brasil, 2022”, é relatado que houve um aumento significativo de violências e conflitos associados ao campo, em que os povos indígenas são apontados como as principais vítimas. É destacado ainda influência do governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro entre 2019–2022 e de seu posicionamento em torno de assunto relacionados a exploração de recursos naturais em terras indígenas, que influenciou para o aumento destes crimes. (CPT, 2023)

Considerasse então que apesar das bases legais construídas para a proteção e garantia dos direitos dos povos indígenas, demonstra-se a importância da construção de políticas de gestão territorial que garantam que estas leis sejam cumpridas e os conflitos ambientais nas terras indígenas sejam solucionados. Assim surgindo debates em torno da criação de políticas públicas que atendessem a necessidade da proteção das terras indígenas contra os conflitos socioambientais.

A partir de mobilizações indígenas, que buscava a presença do Estado brasileiro para o cumprimento da lei para a proteção das terras indígenas, surgiu um movimento em conjunto entre instituições governamentais e as organizações indígenas que juntos discutiam estratégias de gestão territorial e ambiental em T.I. Possibilitando vários debates e levando posteriormente a elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, “esta política pode ser considerada como desdobramento de um longo caminho de lutas e conquistas, dinâmicas e transformações operadas na relação entre o Estado brasileiro e os povos indígenas.” (Projeto GATI/Funai, 2016)

Processo de criação do PNGATI que iniciou em 2008 com, em que foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, em que foi formada pela por técnicos do Ministério da Justiça, Ministério do Meio Ambiente e com a presença de representantes dos povos indígenas de

todo o país. GTI iniciou em primeiro momento com a formulação de um documento base em que seria discutido em uma agenda de trabalho com a participação dos povos indígenas para expressarem suas posições em torno da PNGATI. (GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014)

Portanto demonstrando que a construção da PNGATI foi construída com a presença dos povos indígenas,

O processo de consultas aos povos indígenas para a construção da PNGATI reuniu 1.250 representantes indígenas, pertencentes a 186 povos de todas as regiões do país, que foram mobilizados e indicados pelas organizações indígenas regionais – APOINME, ARPINPAN, ARPINSUL, COIAB – e pela articulação nacional, através da APIB. GIZ/Projeto GATI/Funai, 2014, p. 8)

Portanto, a partir das relações entre as organizações indígenas junto com o Estado brasileiro, resultaram em conquistas dos indígenas para a construção da PNGATI, a qual resulta como forma de reconhecer seus direitos que são assegurados no art. 231 da CF e da atuação do Estado na gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

Sendo então decretado em 5 de julho de 2012, pela então presidente Dilma Rousseff, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, que apresentou o seguinte objetivo geral desta política:

[...] Garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, assegurando a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas, respeitando sua autonomia sociocultural, nos termos da legislação vigente. (DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012)

Portanto, as terras indígenas no Brasil, contam com políticas públicas que atuem na proteção e na gestão dos territórios dos indígenas, tem como principal característica a ausência e autonomia dos povos indígenas na participação das aplicabilidades destas políticas, havendo uma responsabilidade conjunta entre os povos indígenas e o Estado para a aplicabilidade da PNGATI.

Porém, apesar de garantidas, esta política não está presente em todas as T.I do país, na região da pesquisa, por exemplo, existe a ausência da PNGATI, a qual leva os povos indígenas terem a total responsabilidade pela gestão dos seus territórios e vivenciando os conflitos socioambientais em seus territórios. Levando a refletir sobre a necessidade da aplicação desta política nas terras indígenas do Alto Solimões que vem sofrendo com estes conflitos.

CAPÍTULO 04: TRABALHO DE CAMPO: POR UMA METODOLOGIA PARTICIPATIVA

A utilização de metodologias participativas foi essencial para a construção desta dissertação e alcance dos objetivos propostos neste trabalho. Pois através do trabalho de campo foi possível aplicar as metodologias escolhidas para a obtenção de dados nas comunidades indígenas. Tendo como foco metodologias participativas, onde os indígenas Tikunas tiveram participação e autonomia no decorrer da pesquisa, e para esta experiência foi aplicada a metodologia da Nova Cartografia Social da Amazônia, com oficinas participativas de nova cartografia social.

Pois através do trabalho de campo foi possível ter mais proximidade com a realidade dos Tikunas no processo de gestão de seu território. Segundo Martins & Mendes (2016),

“O trabalho de campo é simultaneamente uma técnica de pesquisa, uma metodologia e uma experiência que envolve os investigadores em interações (extra)ordinárias com outras pessoas, outras coisas (bióticas e abióticas) e que nos leva a reconsiderar a nossa relação com o mundo num processo de aprendizagem permanente que vagueia entre o repetível e o irrepitível.

Desta maneira através do trabalho de campo estive convivendo e conhecendo as experiências em torno da organização social e cultural, elementos cruciais para desenvolvimento desta pesquisa. Havendo no decorrer da pesquisa uma inter-relação entre pesquisador e os agentes da pesquisa, indo além de um trabalho de campo com apenas observação e anotações. Havendo uma etnografia profunda, a qual foi construída a partir de relação de pesquisa intensa com as comunidades, onde pude adentrar nas atividades cotidianas dos indígenas.

Desta maneira neste capítulo descrevo a atividade de campo, a partir da relação de pesquisa construída até a realização das oficinas cartográficas.

Inicialmente a pesquisa só foi possível devido uma relação de pesquisa construída com as lideranças das comunidades de Guanabara III e Lauro Sodré. Que inicialmente houve uma barreira para a realização da pesquisa, devido as experiências negativas com pesquisadores a qual as

lideranças das comunidades apontam que apenas iam para as comunidades prometendo soluções para os seus problemas, e que não havia retorno destes pesquisadores.

A partir desta realidade houve uma conversa com as lideranças, explicando as reais intenções da pesquisa de campo nas comunidades, quais seriam os objetivos destes trabalhos de campo em Lauro Sodré e Guanabara III, e que só iria acontecer com a autorização dos mesmos para as atividades de pesquisa. Não houve autorização baseada em promessas de produtos para a solução dos problemas sociais e territoriais encontrados em trabalho de campo, mas um pedido da realização de forma conjunta com as lideranças indígenas, na construção de um relatório técnico de pesquisa em que apontassem a ausência do Estado brasileiro no serviço de proteção territorial.

Houve então autorização por parte das lideranças das comunidades, onde foi possível a formalização da pesquisa através de um termo de autorização de pesquisa assinada por ambas as lideranças de Lauro Sodré e Guanabara III. Podendo ser comprovada a partir do anexo 1 e 2, a qual apresenta os documentos de autorização por parte do cacique e cacica.

O trabalho de campo então ocorreu em dois períodos, a qual a primeira atividade ocorreu de 21 a 26 de abril de 2023 e a segunda atividade ocorre de 13 a 17 de setembro de 2023. As atividades ocorrem em ambas as comunidades.

Por se tratar de uma T.I localizada no município de Benjamin Constant e por eu residir na no município de Tabatinga, ocorre uma logística fluvial para a chegada ao local de pesquisa. Cabe observar que esta é uma realidade de uma logística fluvial presente no cotidiano de pesquisadores da região Alto Solimões, a qual estão sujeitos a vivenciar uma rotina de logística via fluvial.

A atividade inicia então com o processo de logística para a chegada na Terra Indígena Lauro Sodré, esta logística inicia com a saída do município de Tabatinga com destino ao município de Benjamin Constant, a qual é utilizado como transporte um taxi fluvial conhecido na região como catraias, que são pequenas embarcações que suportam até 20 passageiros a qual varia com o tamanho da embarcação. O trajeto tem uma duração de 35 a 45 minutos, porém cabe ressaltar que na segunda atividade de campo em setembro, a região passa por um momento de estiagem, que resulta na baixa do nível dos rios, e que modifica o trajeto entre Tabatinga e Benjamin Constant, assim aumento o tempo de trajeto em 1 hora e 30 minutos.

Com a chegada na cidade de Benjamin Constant, dou continuidade a logística agora com destino a T.I Lauro Sodré, é utilizado também um transporte fluvial, uma embarcação de porte

pequeno e de madeira, na figura 13 podemos identificar as características deste transporte, a qual contém um motor de baixa propulsão localmente conhecido como *rabeta* ou *peque-peque*, e trajeto tem uma duração de 40 minutos descendo rio Solimões.

Figura 13: Embarcação de pequeno porte: canoa.



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Com a chegada na T.I sou recebido na comunidade de Guanabara III onde sou hospedado durante o período das atividades de campo. Após a hospedagem pude me reunir com o cacique e vice cacique de Guanabara para ajustes de organização para a realização da oficina de cartografia, as oficinas ocorrem no dia 23 e 24 de abril de 2022.

Durante a primeira ida ao trabalho de campo, pude estar envolvido nas atividades diárias dos indígenas, a qual pude acompanhá-los nas roças, na coleta de frutas, atividades de pesca, na fabricação de farinhas, preparo de açaí e dentre outras atividades. Porém, minha participação nestas atividades, não ocorreram apenas como observado, mas estive presente na prática da realização destas atividades, para melhor compreender os saberes ambientais e a construção da identidade territorial expressas pelos Tikunas em seu território.

Na figura 14, pode ser observa a coleta do açaí, um alimento que está presente na dieta alimentar do povo Tikuna. Um recurso natural a qual os indígenas identificam como comunitário, a qual toda comunidade tem autonomia para a coleta desta fruta, observei que o mesmo após o preparo é dividido entre algumas famílias, e sendo responsabilidade de todos o cuidado com este recurso natural e dentre vários outros recursos, como madeira,

Figura 14: Coleta do açaí



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Tiver a oportunidade de adentrar no centro da comunidade, e conhecer o território físico e seus recursos naturais, foi possível observa uma gama de recursos naturais a qual os Tikunas apresentaram um cuidado especial quanto a estes recursos que estão em seu território.

Tanto em Lauro Sodré como em Guanabara foi observado várias casas de farinha, como pode se observar na figura 15, a qual é um local da produção de farinha tanto o consumo nas famílias como para a comercialização, porém foi relatado pelos indígenas que muitas das vezes a produção de farinha é mais para o consumo na comunidade. Cabe ressaltar que a casa de farinha torna-se um local vivencia e família, pois na casa de farinha nas comunidade pude observa a participação de toda a família no preparo da farinha, e um espaço onde acontecem muitas conversas e ensinamento dos pais para os filho sobre as técnicas de fazer farinha e dos instrumentos de preparação da produção da farinhas.

Figura 15: Casa de farinha



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Uma das atividades relatadas pelos indígenas em relação a gestão do território, está ligado a atividades coletivas em prol da comunidade, a qual os indígenas chamam de ajuri¹⁴, em que são realizadas atividades coletivas, um exemplo dado foi formação de capoeiras¹⁵ para a plantação de suas roças, em que a comunidade se reuni em prol de uma família para terem uma roça para a realização de plantação e colheita.

São realizadas também o ajuri para atividades como limpeza das comunidades, construção de casas comunitárias, até mesmo casa para a moradia de indígenas que estão em processo de construção de suas casas.

Na figura 16 podemos observar o resultado de uma capoeira, que foi realizada a partir de um ajuri, onde uma família é beneficiada para a formação de sua roça.

¹⁴ Segundo Merigute, Araújo & Sousa (2016) o “ajuri é costumeira nas comunidades de populações tradicionais, consistem em uma técnica/método de trabalho coletivo, que visa auxílio mútuo entre as famílias no roçado, plantio, colheita e outras atividades onde se fazem necessárias a participação de várias pessoas, constituindo um espaço de solidariedade, sociabilidade e responsabilidade, entre os comunitários”

¹⁵ Capoeira é um atividade de derrubada de arvores e queimada, para a formação de novas roças.

Figura 16: Capoeira



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Na figura 17 pode observa madeira para ser utilizada na construção de casas e canoas, a qual este processo ocorre a partir de um conhecimento ambiental e cultura expressos pelos indígenas, este é um exemplo em que os indígenas apresentam como uma atividade coletiva, em os homens se reúnem para a retirada da madeira.

Figura 17: Madeira para a construção de casas



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Portanto, a partir do trabalho de campo, pude adentrar e conhecer um pouco da realidade dos Tikunas da T.I Lauro Sodré, e sua relação com seu território e a construção da gestão territorial a partir de seus saberes ambientais, desta maneira compreendendo as relações construídas para a gestão territorial.

4.1 Nova Cartografia Social

Existem variáveis técnicas e métodos de pesquisa para a compreensão dos aspectos territoriais de povos e comunidades tradicionais, e foi aplicada nesta pesquisa o método da Nova Cartografia Social, que segundo Almeida (2013),

A “nova cartografia social” revela-se consoante estes meios e condições de possibilidades do presente, que facultam a identificação do território e a história social a povos e comunidades tradicionais, considerados “sem história” e “sem lugar” no mapa oficial. (Almeida, 2013, p. 169)

Esta metodologia surge no início da década de 1990 com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, sob coordenação do professor Alfredo Wagner, com o objetivo de mapear a realidade social e cultural de povos e comunidades tradicionais, tendo como principal característica a construção de mapas com total autonomia dos moradores destas comunidades tradicionais, assim constituindo em uma metodologia participativa.

Sendo uma metodologia participativa, a qual teve como principal característica a realização das oficinas cartográficas e elaboração dos mapas pelos próprios Tikunas da T.I Lauro Sodré. Acselrad (2008), Herlihy e Knapp (2003), conceituam o mapeamento participativo como sendo aquelas ferramentas metodológicas que reconhecem o conhecimento espacial e ambiental de populações locais e os insere em modelos mais convencionais de conhecimento, dos quais as seleções dos conteúdos, aliadas a aplicação da técnica cartográfica, ficam a cargo dos membros da comunidade. Neste contexto, Fox et.all (2008) afirma que o mapeamento pode forçar as comunidades a enfrentarem temas latentes com relação à gestão dos recursos naturais. Isto pode levar a novas oportunidades de formação de consenso, diante do modo de uso e gestão dos seus espaços de vivência, resultando na reapropriação das formas de uso e na resolução dos conflitos.

As seções a seguir tem como objetivo apontar os caminhos traçados para a realização das oficinas de cartografia na T.I Lauro Sodré. Gostaria de apresentar uma observação de que as etapas desenvolvidas nesta pesquisa não é um modelo fixo para a realização desta metodologia na pesquisas de campo, a qual cada pesquisador pode encontrar caminhos diferentes para as atividades de campo.

a) Oficina de Cartografia: procedimentos prévios

As atividades da oficina de cartografia iniciaram no dia 23 de abril de 2023 e foi concluída no dia seguinte na comunidade de Guanabara III¹⁶. O primeiro passo dado na oficina foi a apresentação dos objetivos da oficina e uma conversa junto com os participantes sobre suas perspectivas em torno da atividade que seria realizada, e como o produto (mapa) seria de utilidade para as comunidades.

Os indígenas relataram a importância do mapa para a comunidade, sendo utilizado nas escolas como uma ferramenta de educação sobre o território em que vivem, a busca de projeto de gestão territorial, buscando apontar a necessidade de políticas públicas para o monitoramento do território contra invasores.

No decorrer do procedimento prévio, foi apresentado aos Tikunas os elementos que deveria esta presente na construção dos mapas que por eles seriam desenvolvidos, como o título do mapa, a legenda e os símbolos.

Após a realização deste processo, são entregues aos participantes da oficina, o material para a elaboração dos croquis¹⁷, como cartolina, lápis preto, lápis de cor, borracha, apontador e canetas coloridas. Sendo então iniciada a elaboração dos croquis (figura 18 e 19). Todos participaram das atividades de elaboração, desta maneira acelerando o processo de criação, porém sempre atentos aos detalhes, e sempre em discursões sobre o que precisava acrescentar.

¹⁶ Apresento como observação a não realização da oficina cartografia na comunidade de Lauro Sodré, a qual foi programada e não foi realizada devido a ausência dos moradores na oficina, fruto de uma desconfiança em que a comunidade carrega em torno da realização de pesquisa em sua comunidade. Porém, muitas conversas foram realizadas com as lideranças das comunidades e alguns Tikunas da comunidade para a compreensão da organização da comunidade.

¹⁷ Croquis são os mapas desenhando pelos indígenas Tikunas, que geralmente são um mapa representativo para a construção do mapa técnico.

Figura 18: Elaboração do croqui



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Figura 19: Elaboração do croqui



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

No segundo dia de oficina foi então apresentados noções básicas do uso do GPS, a qual foram retirados pontos de localização a qual os participantes da oficina consideravam relevantes para a comunidade e que foram expressos no croqui. Na figura 21, pode ser observa um indígena Tikuna manuseando o instrumento, e sendo por ele retirado os pontos de localização.

Figura 21: Retirada de ponto de GPS



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

Portanto, a construção do croqui e coleta de pontos de GPS, ocorreram de forma participativa, a qual os indígenas tiveram total autonomia para a realização desta atividade, onde estive presente apenas para auxiliar em dúvidas. A construção do croqui possibilitou uma visão mais profunda sobre o território e a relação que os indígenas têm com seu território.

b) Validação e revisão final do mapa

A validação e revisão final do mapa ocorreu no segundo trabalho de campo, no dia 14 de setembro de 2023, com objetivo de ser discutido o resultado mapa situacional da comunidade, é apresentado este mapa, a qual os indígenas fazem uma avaliação deste material, podendo apontar erros, tirar informações ou até mesmo atualizar com novas informações. Na figura 22, podemos

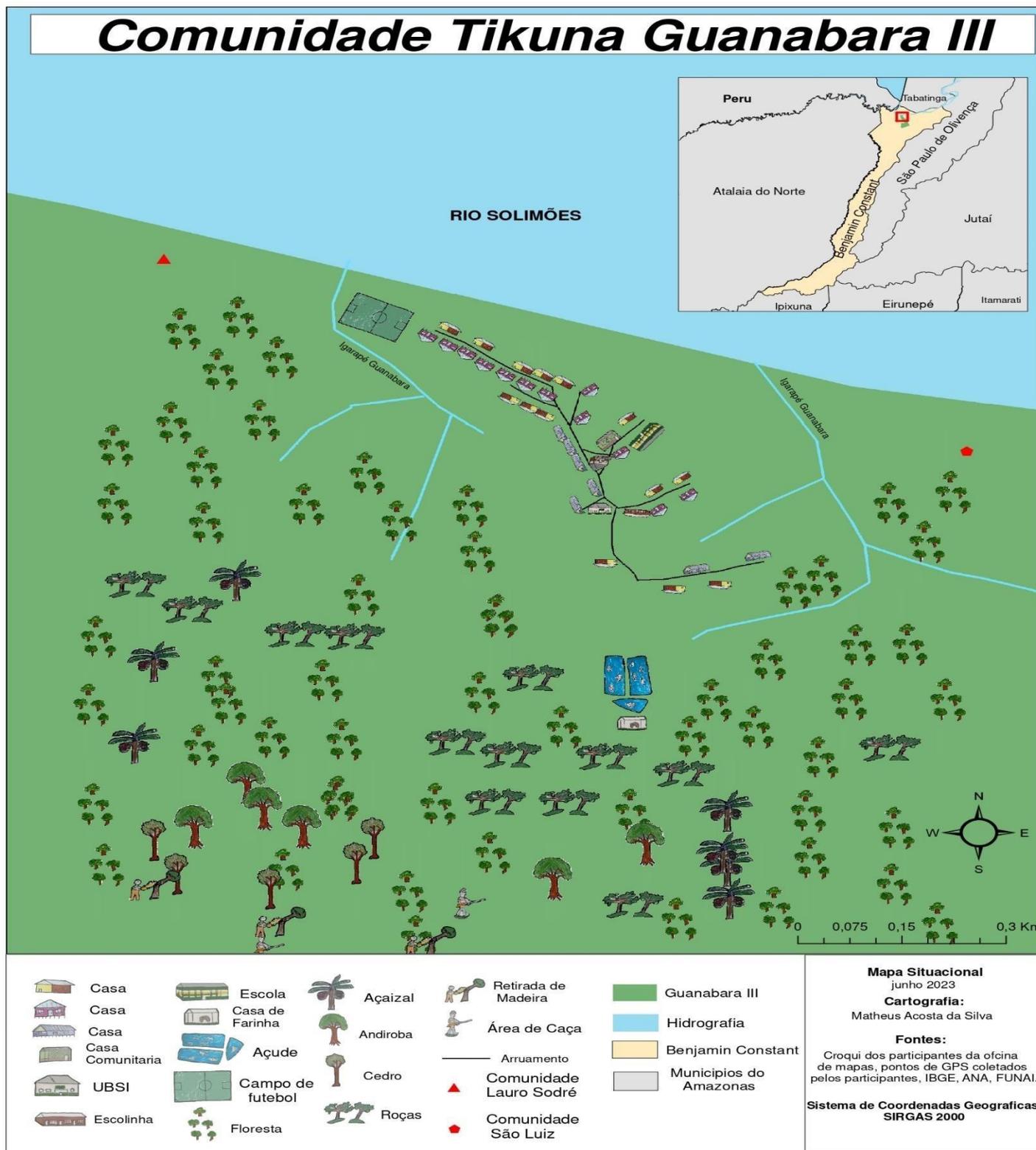
ver este momento, com a participação do cacique da comunidade e um professor, onde são apontados algumas informações adicionais e pequenas correções, e com a realização das modificações finais a aprovação do mapa situacional de Guanabara III. **Figura 22:** Atividade de validação do mapa



Fonte: Acervo pessoal de pesquisa, 2023.

O mapa situacional é resultado do trabalho desenvolvido pelos indígenas na oficina de cartografia, no mapa técnico podemos observar a presença de ícones e símbolos que foram desenhando no croqui, a qual passou por um processo de tratamento destas imagens para serem inclusas no mapa técnico, ou seja, foi elaborado um mapa técnico situacional da comunidade com os elementos simbólicos sobre o território para os indígenas.

Mapa 03: Mapa situacional de Guanabara III.



Fonte: Dados de pesquisa, 2023.

Alguns elementos representados no mapa pelas comunidades já explicitam o seu uso, como é o caso da madeira para para canoa, madeira para construir casas, locais de caça realizados pelos indígenas, da mesma forma apontando locais de caça ilegal por parte dos não indígenas, a importância das roças para as famílias e do conhecimento físico do seu território.

Todo elemento identificado possui um significado e relevância para a comunidade. Para vincular essa importância dos elementos identificados à gestão do território, foi fundamental investigar os modos como esses povos utilizam seus recursos naturais e seus saberes ambientais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação e sua construção teve em seu centro a compreensão da gestão territorial da Terra Indígena Lauro Sodré, pelo povo Tikunas da região do Alto Solimões, entrelaçado com a importância dos seus saberes ambientais e identidade territorial expressos no modo de vida de organização comunitária para a gestão da T.I. Demonstrando a elementar complexidade e abrangência das discussões acerca da gestão territorial e ambiental de terras indígenas no Brasil. Com a compreensão do processo de gestão da T.I Lauro Sodré, seus saberes ambientais e identidade territorial, possível alcanças os objetivos proposto nesta pesquisa.

Assim, notou-se que os povos indígenas têm maneiras únicas de usar seus territórios, que não se limitam apenas a uma delimitação física e estrita com fronteiras claramente definidas. Eles também possuem uma delimitação simbólica, onde as fronteiras se tornam fluidas conforme as necessidades.

Indo além do presente, os indígenas, compreendem a importância de seus territórios para cumprir os modos de vida em que estão inseridos, pois existe uma relação de extrema dependência que se estabelece entre as comunidades indígenas e os territórios nos quais sobrevivem. Sendo construída a partir de uma relação simbólica e física com a natureza.

Assim demonstrando a importância dos seus saberes ambientais, que são frutos de uma construção desta relação cultural entre os povos indígenas e a natureza. Os saberes ambientais que os Tikuna da T.I Lauro Sodré manifesta estão ligados com seu território, fazem parte do cotidiano, em que são expressas suas práticas de identidade territorial e conhecimento tradicional ligado a sua cultura. Demonstrando uma relação com o meio ambiente em que os mesmos não se separam, e que simbolicamente fazem parte de si mesmo.

Entender os conhecimentos ambientais dos indígenas Tikuna da Terra Indígena Lauro Sodré revelou que as terras indígenas são um local ideal para a produção e disseminação desses conhecimentos na administração de seu território. Além disso, existe um grande respeito pela natureza, não considerando a natureza apenas como recursos para a venda, mas como um componente crucial para a preservação de sua cultura.

Portanto, considerando que a territorialidade e os processos de identificação territorial estão sempre em constante construção e reconstrução do modo de vida dos povos indígenas, com

a expressão seus saberes em torno do território, demarcando uma identidade territorial em que os Tikuna constroem e reconstróem a partir das realidades enfrentas no cotiadio de sua sociedade.

Atualmente, evidencia-se a relevância de perspectivas distintas sobre a natureza para a construção de discussões sobre um período crítico em nossa sociedade, com as crises climáticas cada vez mais frequentes no cotidiano, valorizando o conhecimento dos povos indígenas para um diálogo em torno da necessidade de preservação dos recursos naturais do nosso planeta.

Sob essa ótica, destaca-se a importância de políticas públicas eficazes para a preservação ambiental e o fortalecimento da cultura indígena, permitindo que os indígenas mantenham suas visões de mundo através de ações de registro e expressões culturais. Assim, percebe-se que, somente com a implementação desta nova política como um meio para o exercício da autonomia e do protagonismo indígena, é que se poderão promover mudanças significativas no cenário de desigualdade e exclusão social que caracteriza as sociedades indígenas atualmente.

Seus saberes tradicionais contribuem para a gestão de seu território, e isso cada vez mais nos mostra como o processo de organização dos povos tradicionais indígenas é um exemplo de cuidado com a mãe natureza e todos os seus recursos proporcionados por uma outra forma de compreender o mundo, desta forma levando a noção e que os povos indígenas representam-se como guardiões das florestas, pois o laços espirituais devem servir de inspiração para solucionarmos as crises ambientais vivenciadas em nossa sociedade atual.

Porém, apesar da autonomia na gestão de seus territórios, foi concluído a necessidade e a importância da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dentre outras que sejam assumidas pelo Estado brasileiro e cumprindo a lei de proteção das terras indígenas no Brasil.

O compromisso colocado em primeiro lugar é o da qualidade de vida que é possibilitado com base nos princípios éticos com a mãe terra através do respeito, do cuidado, dos saberes aplicados e sempre de forma coletiva, desta maneira dando características de gestão sustentável. Foi neste sentido que conseguimos realizar uma caracterização do saber e das formas de uso dos bens e recursos naturais de uso comum, compreendendo através da pesquisa, da gestão dos seus territórios através de seus conhecimentos tradicionais, que sobrevivem, que resistem e que lutam para se manterem cada vez mais fortes.

A cada dia que passa, o modo de gestão dos recursos naturais e territorial dos povos tradicionais indígenas vem sendo modelo para a nossa sociedade moderna, nos dando exemplo de cuidado com os bens naturais. A gestão territorial nas terras indígenas está mais ligada às iniciativas internas da comunidade em relação ao uso sustentável dos recursos naturais do que às iniciativas governamentais que buscam auxiliar na gestão. Isso ocorre também devido ao desgaste que essas comunidades têm experimentado em relação ao papel do estado nas terras indígenas, seja na defesa dos recursos naturais e culturais, seja na garantia do direito à terra.

Com a metodologia participativa e a construção do mapa situacional derivado das oficinas realizada em atividade de campo demonstra ser muito mais uma ferramenta de diagnóstico do que diretamente de gestão territorial. Ele está atrelado à localização das representações de importância para esses povos, sejam elas de símbolos culturais, históricos ou naturais. Porém, que contribuíram para entender o a relação dos Tikunas com seu território e o processo de organização na gestão comunitária de seu território.

Portanto, a territorialidade do povo Tikuna da Comunidade indígena Guanabara III ultrapassa seus limites territoriais no anseio de seu modo de gestão. A territorialidade permite nos saberes de gestão coletiva que os mesmos restabeçam seus horizontes e seus conhecimentos tradicionais, vivendo assim de forma mais significativa e sustentável.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. (2008). **Cartografias sociais e território**. Henri Acselrad (Org.). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.
- ACUÑA, Cristóbal de. 1597-1675. **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- ANGARITA, Abel Antonio Santos. **Socialización y adquisición del lenguaje Magütá**. Tese (Doutorado em Estudos Amazônicos) - Universidad Nacional de Colômbia, Leticia, 2022.
- Almeida, A.W.B.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI. **Memória**. Brasília, Pag. 1, 1984.
- BRAGA, R. M. **O espaço geográfico: Um esforço de definição**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 22, pp. 65 - 72, 2007.
- BRAIL/Ministério Público Federal – MPF. **Fases do Processo de Demarcação das Terras Indígenas**. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-daatuacao/grupos-de-trabalho/gt-demarcacao/docs/fases-do-processo-de-demarcacao-de-terrasindigenas>.
- BRAGA, R. M. **O ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 22, pp. 65 - 72, 2007.
- Bethonico, M. B. M. **Territórios e terras indígenas: uma breve reflexão a partir da geografia**. Revista de Geografia (Recife) V. 35, No. 2, 2018
- BRASIL. **Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.
- CAMPOS, Luis Eugenio. Desde la mixteca: atravesando una larga frontera hacia um lugar conocido. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen G (org). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT / **Organização Internacional do Trabalho**. - Brasília: OIT, 2011 1 v.
- COUTINHO, Taciana de Carvalho; CLEMENTE, Santos Inácio; RAPOZO, P. H. C. (2019). **“Quando a gente Magüta desaparecer, o mundo inteiro irá se acabar”**. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2019/05/23/>

Conflitos no campo Brasil 2022 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Goiânia : CPT Nacional, 2023. 254 p.

Castells, Manuel. **O poder da identidade**. [recurso eletrônico]; tradução Klauss Brandini Gerhardt. – 1. ed. – São Paulo; Paz e Terra, 2018.

Ciampa, A. C. (1987). **A estória do Severino e a história da Severina**. São Paulo: Editora Brasiliense.

CADEMARTORI, S.; KUHN, L. A Tese Marco Temporal e o Direito Fundamental ao Território Indígena: Uma visão a partir do constitucionalismo garantista. **Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos**, [S. l.], v. 15, n. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/32587>

DECRETO Nº 7.747, DE 5 DE JUNHO DE 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI

Dubar, C. (1997). **Para uma teoria sociológica da identidade**. Em A socialização. Porto: Porto Editora.

De Almeida, A. W. B. **Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras**. em Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Org. De Almeida, A. W. B. & Júnior, E. A. F. Manaus, 2013.

FOX, J., SURIANATA, K., HERSHOK, P. & PRAMONO, A. (2008). **O poder de mapear**: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. En: H. Acsehrad. Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: UFRJ.

FILHO, Edson Tosta Matarezio. **A festa da Moça Nova**: Ritual de iniciação feminina dos índios Ticuna. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Gudynas, Eduardo. **Direitos da natureza**: ética biocêntrica e políticas ambientais. Tradução Igor Ojeda. São Paulo: Elefante, 2019. 340 p.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva & Guacira Lopes Loro, Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Identidades Territoriais**. In: ROSENDAHL, Zeny & CORREA, Roberto Lobato (org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p.169190.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto. 2002.

_____. **Território**. GEOgraphia, Niterói, vol: 25, n. 55, e61073, 2023.

Instituto de Ciências Sociais — Catalogação na Publicação. **Trabalho de campo: envolvimento e experiências em antropologia / org.** Humberto Martins, Paulo Mendes. - Lisboa : ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

Little, Paul. E. **GESTÃO TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS: Definição de conceitos e proposta de diretrizes.** 15 de dezembro de 2006, Rio Branco, Acre.

LÓPEZ, Claudia Leonor. Procesos de formación de fronteras en la región del Alto Amazonas/Solimões: la historia de las relaciones interétnicas de los Ticuna. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso; BAINES, Stephen G (org). **Nacionalidade e etnicidade em fronteiras.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder / tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth – Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.**

MUNDURUKU, Daniel. Entrevista concedida ao documentário: **Muita Terra para pouco índio.**

VILLELA, Bruno e LOBATO, Sergio. Amazon Picture, 2018.

MORIN, E. **O Método I. A Natureza da Natureza.** Tradução Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya. 3. ed. Portugal: Publicações Europa América, 1997.

Melo, D. S; Leonardo, L. A & Nardoque, Sedeval. **Questão agrária e as ações atuais da bancada ruralista no governo federal.** Caminhos de Geografia Uberlândia-MG. v. 23, n. 86. abr./2022 p. 225–242. Página225.

Mota, E. A. D; Prado, G. Do Val, T & Pina, T. A. **Buscando possíveis sentidos de saber e conhecimento na docência.** Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [30]: 109 - 134, janeiro/junho 2008.

NIMUENDAJU, CURT. 1952. **The Tukuna.** Publications in American Archaeology and Ethnology, vol. 45, Berkeley & Los Angeles: University of California Press.

OLIVEIRA, João Pacheco. **Regime tutelar e faccionalismo.** Política e Religião em uma reserva Ticuna. Manaus: UEA Edições, 2015.

OLIVEIRA, J. P. (Org.). **Atlas das Terras Ticunas.** Projeto Museo Nacional/FINEP/PPG7CGTT. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Brasil. **Decreto: Terra Indígena.** Brasília: DOU, 2004.

Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org>.

PITANGA, Ângelo F. **O enfrentamento da crise socioambiental: Um diálogo em Enrique Leff sobre a Racionalidade e o SaberAmbiental.** REMEA -Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.], v. 32, n. 1, p. 158–171, 2015. DOI: 10.14295/remea.v32i1.4997. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/4997>. Acesso em: 9 fev. 2023.

RAPOZO, P. H. C.; SILVA, M. C. F. **As políticas de modernização e desenvolvimento na Amazônia brasileira**: olhares sobre o discurso e a questão ambiental contemporânea. The politics of modernization and development in the Brazilian Amazon: Perspectives on discourse and contemporary environmental issues. La politique de modernisation et de développement en Amazonie brésilienne: Perspectives sur le discours et les enjeux environnementaux. Revista Configurações, p. 67-76, 2013.

RAPOZO, P. H. C.; OLIVEIRA, J. P.; PUCÜRACÜ, Santo Cruz. (Org). **Torü duü'ügü – Nosso Povo**. Manaus: Editora Valer, 2021.

Santos, Milton, 1962 – 2001. **Por uma geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica / Milton Santos. – 6. Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

Sousa, Adriano, Amaro de. **TERRITÓRIO E IDENTIDADE: ELEMENTOS PARA A IDENTIDADE TERRITORIAL**. Caderno Prudentino de Geografia, 2007 – número 30 – p.119132.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 558p.

SOUSA, Cássio & ALMEIDA, Fábio (orgs.) **Gestão territorial em terras indígenas no Brasil**. Série Via dos Saberes n. 6. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/ Unesco. 2012, 268 pp.

TONNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típicos- ideais. In: FERNANDES, Florestan (Org). **Comunidade e Sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo, Editora Nacional e Editora da USP, 1973.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TORO A., José Bernardo. **Mobilização Social**: um modo de construir a democracia e a participação / José Bernardo Toro A., Nísia N'leria Duarte Werneck. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

Tapie, Guy. **Sociologia do espaço**: modelos de interpretação. Tradução de Cristina de Araújo Lima. Sociologias, Porto Alegre, ano 20, no 47, jan/abr 2018, p. 370-391.

ANEXOS

Anexo 01: Termo de autorização de pesquisa, comunidade Lauro Sodré.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu Austina M. Clemente, CACICA da Comunidade Lauro Sodré, da etnia Tikuna, RG N° 1161023-9, CPF N° 609.937.232-68, AUTORIZO que Matheus Acosta da Silva, RG N° 2907458-4, CPF N° 032.620.592-69, discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, N° 2294930010, sobre orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo, RG N° 1823987-0, CPF N° 879.293.092-15, da Universidade do Estado Amazonas-UEA, realize as oficinas de Cartografia Social e entrevistas, com as lideranças e moradores, para a realização do Projeto de Pesquisa “**Saberes ambientais e Identidades territoriais na gestão de áreas protegidas dos Povos Tikuna do Alto Solimões, Amazonas**”, que tem por objetivo primário compreender os saberes ambientais expressos na identidade territorial do povo Tikuna a partir de suas experiências, desafios e formas de uso coletivo em áreas protegidas do Alto Solimões, Amazonas.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos
- 2- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contactadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2013, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5° incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Benjamin Constant, 01 de Agosto 2023

Cacique
Comunidade Lauro Sodré



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu Augusto Manoel Penhais CACIQUE da Comunidade Guanabara III, da etnia Tikuna, RG N° 15820483, CPF N° 677242992-00. AUTORIZO que Matheus Acosta da Silva, RG N° 2907458-4, CPF N° 032.620.592-69, discente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – PPGICH, N° 2294930010, sobre orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Coelho Rapozo, RG N° 18233987-0, CPF N° 879.293.092-15, da Universidade do Estado Amazonas-UEA, realize as oficinas de Cartografia Social e entrevistas, com as lideranças e moradores, para a realização do Projeto de Pesquisa **“Saberes ambientais e Identidades territoriais na gestão de áreas protegidas dos Povos Tikuna do Alto Solimões, Amazonas”**, que tem por objetivo primário Compreender os saberes ambientais expressos na identidade territorial do povo Tikuna a partir de suas experiências, desafios e formas de uso coletivo em áreas protegidas do Alto Solimões, Amazonas.

Os pesquisadores acima qualificados se comprometem a:

- 1- Obedecerem às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos
- 2- Assegurarem a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição, respeitando deste modo as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos na Resolução CNS N° 466/2013, e obedecendo as disposições legais estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, artigo 5° incisos X e XIV e no Novo Código Civil, artigo 20.

Benjamin Constant, 04 de Agosto 2023


Augusto Manoel Penhais
1° Cacique
Comunidade Guanabara III

Comunidade Guanabara III